

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO

LAURA PATRÍCIO DE ARRUDA

**INTERPRETAÇÃO RADICAL E PRINCÍPIO DE CARIDADE:
CONCEITOS-CHAVE DA FILOSOFIA DE DONALD DAVIDSON**

Prof. Dr. Reinholdo Aloysio Ullmann

Orientador

Porto Alegre

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO

LAURA PATRÍCIO DE ARRUDA

**INTERPRETAÇÃO RADICAL E PRINCÍPIO DE CARIDADE:
CONCEITOS-CHAVE DA FILOSOFIA DE DONALD DAVIDSON**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Reinholdo Aloysio Ullmann

Porto Alegre

2007

LAURA PATRÍCIO DE ARRUDA

**INTERPRETAÇÃO RADICAL E PRINCÍPIO DE CARIDADE:
CONCEITOS-CHAVE DA FILOSOFIA DE DONALD DAVIDSON**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovada em 07 de janeiro de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.
Dr. Reinholdo Ullmann (PUCRS), Or.

Prof.
Dr. Roberto Pich (PUCRS)

Prof.
Dr. Adriano Naves de Brito (UNISINOS)

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, Edson e Marina, amigos, incentivadores
constantes na minha caminhada de vida. Exemplos de
homem, mulher e família.*

*Ao meu esposo, Fernando, compreensível e acolhedor;
companheiro, que, pelo amor, me deu tranquilidade para
concluir esta pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

*Agradeço ao Prof. Reinholdo Aloysio Ullmann a orientação
atenta e amiga ao longo da pesquisa.*

*Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, corpo docente e
funcionários, pela confiança e carinho dispensados durante
esses anos de estudo.*

For me philosophizing is trying to keep an open mind.

Donald Davidson (1917-2003).

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	14
1 FILOSOFIA DE DONALD DAVIDSON.....	14
1. 1 Interpretação Radical e Princípio de Caridade: Conceitos-Chave	20
CAPÍTULO 2	24
2 INTERPRETAÇÃO RADICAL.....	24
2.1 Objetividade em Davidson e o argumento cético	28
2.2 Autoridade da Primeira Pessoa.....	35
2.3 Linguagem e Significado em Davidson	39
CAPÍTULO 3	46
3 PRINCÍPIO DE CARIDADE.....	46
3.1 Não Renunciar Ao Mundo	51
3.2 Triangulação: Falante, Intérprete e Mundo	53
3.3 O Fator Social Irredutível	57
CAPÍTULO 4	62
4 INTERPRETAÇÃO RADICAL E PRINCÍPIO DE CARIDADE	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS73

RESUMO

Esta pesquisa visa discutir aspectos importantes da filosofia de Donald Davidson, um dos mais influentes filósofos da tradição analítica da segunda metade do século XX. Para tanto, foram escolhidos dois conceitos-chave de sua obra: Interpretação Radical e Princípio de Caridade. Por meio desses conceitos, Davidson defende a possibilidade de falar em objetividade, uma vez que, se a comunicação entre pessoas ocorre, então é porque uma parte considerável do que partilhamos é comum. A primeira pessoa perde seu privilégio ontológico e epistemológico e passa a ser vista como um pólo em relação com o mundo e com as outras pessoas, pois o homem está inserido em um mundo social e natural, interagindo com ele. Sua obra oferece uma imagem coerente da mente, linguagem e racionalidade humana, aliando uma argumentação rigorosa com um diálogo vivo.

Palavras-Chave: Donald Davidson, Interpretação Radical, Princípio de Caridade.

ABSTRACT

This research will discuss important aspects of Donald Davidson's Philosophy. He was one of the most influential philosophers of analytic tradition in the second half of twenty century. For this, we focus on two key concepts of his writings: Radical Interpretation and Principle of Charity. Through these concepts, Davidson defends the possibility to talk about objectivity. Since the communication between people occurs, so a considerable part that we share is common. The first person loses his ontological and epistemological privilege and is seen as a topic in relation with world and other people, because man is inserted in a social and natural world, interacting with that. His writings offer a coherent image of mind, language and human rationality, adding a rigorous argumentation with an alive dialogue.

Key Words: Donald Davidson, Radical Interpretation, Principle of Charity.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como problemática geral a questão da possibilidade de comunicação entre as pessoas, tendo como base a filosofia de Donald Davidson. Através de seus conceitos-chave de *Interpretação Radical* e *Princípio de Caridade*, discutir-se-á a viabilidade de compreensão lingüística entre as pessoas a partir dos seus proferimentos, bem como sua interação com o mundo objetivo. O fator social imprescindível defendido pelo autor surge como uma variante fundamental no pensamento davidsoniano. Este estudo, portanto, visa ampliar a discussão, a partir da filosofia de Davidson, sobre como se constitui essa ação comunicativa entre falante-intérprete-mundo, se é possível um entendimento e se é possível a apreensão do mundo como objetivo.

Segundo Ghiraldelli¹,

A teoria da interpretação radical de Davidson na sua filosofia da linguagem privilegia a comunicação e uma determinada noção de racionalidade nos estudos sobre significado, dando uma nova visão para a semântica. Justamente por invocar o processo comunicacional, sua teoria começa a disputar espaço com as teorias habermasianas, menos empíricas, no seio dos debates entre os *schollars* das ciências humanas atualmente.

Davidson é um construtor de sistemas filosóficos, pois suas reflexões em vários tópicos filosóficos (eventos, ações, o mental, significado, verdade, interpretação, racionalidade) fazem parte de uma articulada e compreensiva teoria. Seu trabalho

¹ GHIRALDELLI Jr., In DAVIDSON. *Ensaio sobre a Verdade*. São Paulo: UNIMARCO, 2002, p. 8.

exerceu uma influência considerável em praticamente todas as áreas da filosofia dos anos 60, mas especialmente na filosofia da mente e na filosofia da linguagem. Ele constrói sua filosofia a partir de uma série de artigos curtos e não com um livro único².

O sentido da obra davidsoniana é tanto ontológico como epistemológico, pois questiona, concomitantemente, o que é uma linguagem, o que é compreender uma linguagem, que capacidade é esta de interpretar um mundo partilhado com outros falantes, preocupando-se com o acesso que esta permite ao mundo. Davidson desenha uma ontologia do significado, mas também elabora uma teoria sistemática do significado, perguntando-se pelos conceitos e capacidades que temos para reconhecer a realidade. Enfim, a filosofia de Davidson não é uma solução para os problemas da linguagem, mas sim uma problematização ainda maior acerca desses questionamentos³.

Ao longo de seus escritos, Davidson reflete sobre a possibilidade de uma teoria sistemática da significação, visando responder qual tipo de competência convém atribuir a um falante, para que se possa dizer que ele conhece uma linguagem em geral. Para tanto, o filósofo questiona: que espécies de conceitos e de capacidades gerais podem ter um falante, para que possa saber como é possível, pelos seus conceitos e capacidades, conhecer a realidade? Essa pergunta, entretanto, tem uma conotação transcendental: como um conhecimento de uma linguagem é possível e como, através desse conhecimento, é possível termos acesso à realidade?⁴

Em resposta aos questionamentos, Davidson se pergunta quais seriam as condições que devem satisfazer uma teoria da significação. Daí emerge o núcleo

2 Cf. GLOCK, Hans-Johann. *Critical Notes*. *Philosophical Investigations* 26:4. Oxford: Blackwell Publishing, oct., 2003.

3 SPARANO, Maria Cristina. *Linguagem e Significado: o Projeto Filosófico de Donald Davidson*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 38.

4 STEIN, Ernildo. In SPARANO, op. cit., 2003, p. 12.

Davidsoniano. Ele crê em uma teoria da verdade para representar as significações de frases de uma linguagem. Dessa forma, acrescenta às condições dessa teoria, condições empíricas responsáveis pelo modo como o *intérprete radical* pode atribuir significações a um determinado falante. Davidson mostra que o intérprete poderá, através de sucessivos ajustamentos e, sobretudo, empregando sistematicamente um *princípio de caridade*, reduzir a imprecisão ou indeterminação, podendo otimizar o acordo entre aquilo que ele tem por verdade e aquilo que o falante tem por verdade⁵.

Os escritos de Davidson têm, portanto, como objetivo a possibilidade de verificação empírica da correção de uma teoria semântica para um grupo definido de falantes, através da comparação das condições em que os falantes tomam suas sentenças por verdadeiras e as condições de verdade assinaladas pela teoria para aquelas sentenças. Para Davidson, as crenças, desejos, atitudes e proferimentos de uma pessoa formariam uma unidade holística, a qual pressupõe uma teoria da verdade e da interpretação sustentadas pela racionalidade humana e a sociabilidade⁶.

Segundo Stein⁷:

Com essa teoria, Davidson coloca a interpretação tendo por finalidade o acordo, não somente o acordo possível, mas o acordo como condição de possibilidade da própria interpretação. Desse modo, Davidson mostra como compreender uma linguagem supõe uma capacidade de interpretá-la em outro. Assim, a comunicação repousa sempre sobre um mundo comum partilhado que constitui o mundo objetivo.

5 STEIN, Ernildo. In SPARANO, op. cit., 2003, p. 12.

6 ARRUDA, José Maria. Verdade; Interpretação e Objetividade em Donald Davidson. *Veritas*. Vol.50. Nº 1. Porto Alegre, mar., 2005, p.137.

7 STEIN, Ernildo. In SPARANO, op. cit., 2003, p. 13.

CAPÍTULO 1

1 FILOSOFIA DE DONALD DAVIDSON

Donald Davidson é um americano que emerge no debate filosófico desde a década de 1960, sendo geralmente reconhecido como um clássico contemporâneo. Foi um dos mais importantes filósofos da atualidade ao lado de Willard Quine. Contribuiu em várias áreas da filosofia: filosofia da linguagem, metafísica, epistemologia, filosofia da mente, teoria da ação e ética. Sua obra oferece uma imagem coerente da mente, linguagem e racionalidade humana, aliando uma *“argumentação precisa e rigorosa com um diálogo vivo e público”*⁸.

Seu trabalho divide-se em duas grandes áreas: filosofia da ação e filosofia da linguagem. Na primeira, discute conceitos como razões, causas, eventos e ações, com a intenção de compreender a natureza da ação racional. Já na segunda área, trabalha a linguagem como significado e verdade, com a intenção de compreender o que isto é para falar uma linguagem. Porém, são projetos inter-relacionados, graças à capacidade davidsoniana de correlacionar tópicos. O que une essas duas áreas na

⁸ SMITH, Plínio Junqueira. Davidson Para Além do Ceticismo. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith, Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005, p.7.

unidade de pensamento do autor é a crença de que a racionalidade e a linguagem estão vinculadas⁹.

Esses projetos de Davidson – compreender a natureza da agência humana (filosofia da ação) e a natureza da linguagem (teoria do significado) – são interconectados, pois Davidson defende a idéia de que capacidades humanas são agentes lingüísticos e a compreensão da agência humana requer compreender o que é ser hábil para falar uma linguagem (compreender os caminhos para nossas capacidades de agir e racionalizar). Ou seja, possuir uma linguagem é ter capacidade de interpretar e de falar de forma interpretável por outros falantes e também é ter uma capacidade de uma forma especializada de agência. Entender a natureza da agência é essencial para compreender nossa capacidade de fala, bem como compreender nossa capacidade de fala é essencial para compreender a natureza das agências humanas¹⁰.

Segundo Davidson, nós temos três tipos de conhecimento: conhecimento do subjetivo, que são nossas próprias mentes; conhecimento da intersubjetividade, que são as mentes dos outros; e conhecimento do objetivo, que são as coisas que compartilhamos no ambiente:

Eu sei, na sua maioria, o que eu penso, quero, e intento, e o que as minhas sensações são. Além disso, eu tenho um bom conhecimento sobre o mundo ao meu redor, as localizações e tamanhos e as propriedades causais dos objetos inseridos nele. E também sei, algumas vezes, o que passa na mente das outras pessoas¹¹.

9 LEPORE, Ernest; LUDWIG, Kirk. *Donald Davidson: meaning, truth, language and reality*. New York: Oxford University Press, 2005, pp. 2-5.

10 Id. *Ibid.*, 2005, pp. 2-5.

11 "I know, for the most part, what I think, want, and intend, and what my sensations are. In addition, I know a great deal about the world around me, the locations and sizes and causal properties of the objects in it. I also sometimes know what goes on in other people's minds" (DAVIDSON, Donald. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001, p.205).

Davidson crê, conforme refere McDowell, que cada um desses tipos de conhecimento é distinto e irreduzível¹². Ele buscará mostrar, ao longo de sua filosofia, como nosso conhecimento de nós mesmos, dos outros e do mundo material é possível, e como essas diferentes habilidades cognitivas são interconectadas¹³.

O conceito de interpretação é central em sua filosofia. Através dele, a primeira pessoa perde seu privilégio ontológico e epistemológico e passa a ser vista como um pólo em relação com o mundo e com as outras pessoas. Para Davidson, o homem está inserido em um mundo social e natural, interagindo com ele. Dessa forma, a objetividade não é mais uma representação subjetiva de um mundo externo à mente, tal como a teoria cartesiana, mas o resultado da interpretação entre as pessoas e a relação delas com o mundo ¹⁴.

Fica evidente que, pela proposta davidsoniana, duas mentes, ao partilharem o mundo, compartilham uma verdade objetiva. Além disso, a linguagem é o que garante a dimensão ativa e social dos sujeitos no mundo, uma vez que faz a relação entre os enunciados, os pensamentos e os falantes, por um processo intersubjetivo. Para Davidson, o método para avaliar o mental-lingüístico tem instrumentos interpretativos, como holismo e racionalidade, mas com uma medida convencional: a linguagem¹⁵.

Para Davidson, as crenças de uma pessoa, tal como os vários elementos de uma cultura, dependem umas das outras para adquirir significado. De forma simplificada, isto significa que deixa de ser possível comparar o que está numa mente, ou o que está numa cultura, com o que está noutra, pois elas são diferentes.

12 Cf. McDOWELL, John. Subjective, Intersubjective, Objective. *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. LXVII, n.3, nov. 2003, pp. 675-681.

13 Cf. GLOCK, op. cit., 2003.

14 SMITH, op. cit., 2005, p. 8.

15 SPARANO, op. cit., 2003, p. 16.

Davidson revoluciona, quando afirma que não devemos esperar identidades, já que a purificação das categorias é um sonho destrutivo, mas devemos pôr o enfoque sobre *semelhanças relevantes*, pois só assim podemos explicar tanto a possibilidade objetiva de nos interpretarmos uns aos outros como a possibilidade objetiva de realizar etnografia¹⁶.

O autor ressalta, ainda, a importância do contexto, pois é impossível perceber o comportamento lingüístico fora dos contextos em que estes estão inseridos. Para que possamos encontrar sentido no que nos dizem os outros, temos que, por um lado, acreditar que o que eles dizem faz sentido (*caridade interpretativa*) e, por outro lado, partilhar um contexto interpretativo, uma condição comum, um mundo comum (*triangulação*). Assim, as *coisas* não estão para lá da linguagem, escondidas por ela, elas são condições de possibilidade do discurso. Ou seja, a própria possibilidade de pensar só surge por virtude de existirmos numa relação triádica: um dos pólos somos nós, o outro é a nossa companhia e o terceiro são as *coisas*¹⁷.

Davidson possui uma visão holística em sua obra, substituindo o *cogito* cartesiano pela imagem holística de uma rede intencional de crenças e desejos em processo contínuo de reformulação, conforme diz Martins: “*Nenhum pólo egológico pode subsistir exterior a esta rede*”¹⁸. A identidade de frases e palavras, por exemplo, é constituída por suas múltiplas relações com outras frases e palavras, ou seja, se modifico um dado item na rede, modifico a identidade desse próprio item¹⁹. Ao compreendermos uma expressão, compreendemos os termos mais simples que

16 DAVIDSON, Donald. Entrevista realizada em 2001, por Giancarlo Marchetti, Universidade de Perugia, Itália. Acesso em 09 de janeiro de 2006, disponível: http://www.filosofia.pro.br/Davidson/entrevista_davidson.htm.

17 Id. Ibid., 2001.

18 MARTINS, Paula. Como Superar o Dualismo Sem Reduccionismo: Davidson e a Crítica Hermenêutica na Filosofia da Mente. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005, p. 249.

19 Cf. EVNINE, Simon. A Caminho da Linguagem. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

a formam. Ao contrário de uma visão atomista, que compreende a significação da frase a partir das partes que a compõem, a visão holista defende que, para compreender o significado das partes, precisamos de toda a frase. Assim, uma frase não tem significação independente do contexto das outras frases da linguagem e das expressões no contexto das frases onde se expressam²⁰.

O holismo semântico supõe que o significado de nossas palavras depende de tudo o que nós acreditamos, de todas as assunções que nós fazemos, ou seja, que todas as relações inferenciais de uma expressão constituem o seu significado. Ele implica que a determinação das propriedades semânticas de uma expressão envolva o agenciamento de todas as expressões significativas da linguagem de que ela faz parte. Em um sentido mais radical, a tese holista afirma que é apenas pelo agenciamento de todos os itens da classe de substituição que se chega à determinação do valor semântico de um termo singular, e para uma sentença o que é requisitado é a determinação do valor de verdade de todas as demais sentenças²¹.

É preciso ter claro que, para Davidson, as atitudes proposicionais não podem existir em isolamento. Crenças individuais, intenções, dúvidas e desejos devem suas identidades a sua posição em uma ampla rede de disposições adicionais: o caráter de uma dada crença depende continuamente de outras crenças. Essas relações entre as disposições são essencialmente lógicas, uma vez que o conteúdo de uma disposição não pode ser separado daquilo que o implica e do que é implicado por ele. Assim, já que uma disposição é em parte identificada, através de suas relações lógicas, o padrão de disposições em um indivíduo deve exibir um amplo grau de coerência. Isso não significa, obviamente, que as pessoas não possam agir

20 SPARANO, op.cit., 2003, p. 58.

21 BRAIDA, Celso. Para a crítica da semântica inferencial. *EPISTEMOLOGIA - Anais do IV Simpósio Internacional Principia Parte 1*. Núcleo de Epistemologia e Lógica Universidade Federal de Santa Catarina- NEL. Rumos da Epistemologia, vol. 7. Luiz Henrique Dutra; Cezar Mortari (Orgs.). Florianópolis, 2005, p. 79-122.

irracionalmente, mas a possibilidade de irracionalidade depende de um fundo de racionalidade²².

De acordo com essa medida, não há palavra ou conceito que já não seja compreendido ou interpretado, direta ou indiretamente, a partir das relações causais entre as pessoas e o mundo, palavras e outras palavras, conceitos e outros conceitos. Relações causais são relações de justificação (coerência), pois, na dinâmica da comunicação lingüística, são regidas pelo *princípio de caridade* (regra metodológica à qual toda interpretação se submete). O objetivo deste princípio não é o de maximizar o acordo entre os interlocutores (eliminando erros e discordâncias), mas fornecer sentido às elocuições do interpretado, mesmo as mais estranhas. Segundo Martins: *“Caridade é uma questão de encontrar racionalidade nos outros; é identificar os conteúdos de suas palavras e seus pensamentos; é, acima de tudo, reconhecer no outro nossas próprias normas de consistência lógica”*²³.

Portanto, pelo princípio holístico, as atribuições de significação não se efetuam frase por frase, pois uma frase só é compreendida a partir do conjunto de frases que os falantes têm por verdadeiras na linguagem. Para Davidson, a interpretação, além de passar pelo conjunto de crenças, motivações e estados psicológicos, que as frases dos falantes exprimem, é também causada por esses elementos. Toda interpretação lingüística, dessa forma, levará em conta o agir humano e terá princípios normativos, como a racionalidade, a qual oferece coerência e adequação às frases²⁴.

Segundo o holismo davidsoniano, todo pensamento proposicional requer a posse de um conceito de verdade objetiva, e esse conceito é acessível somente

22 Cf. DAVIDSON. *Mind and Language*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

23 MARTINS, op. cit., 2005, p. 251.

24 SPARANO, op.cit., 2003, p. 22.

àqueles em comunicação com outros. Assim, um conhecimento da terceira pessoa é essencial para todos os outros tipos de conhecimento, mas conhecimento da terceira pessoa é impossível sem o conhecimento de um mundo compartilhado com objetos compartilhados no espaço e no tempo. Contudo, a aquisição do conhecimento não se dá por uma progressão do subjetivo até ao objetivo: ele emerge holisticamente²⁵.

1. 1 Interpretação Radical e Princípio de Caridade: Conceitos-Chave

O conceito central da filosofia de Davidson é *interpretação*. Davidson sustenta que termos idéia daquilo que ocorre nas mentes de outras pessoas é necessário, se quisermos que faça sentido falar em objetividade, em algo que existe no mundo independentemente de nós e do conhecimento. E isso é possível por meio da *interpretação radical*. Conforme Smith diz: “*Enquanto não temos idéia daquilo que ocorre nas mentes de outras pessoas, não tem sentido falar de objetividade, de algo existente no mundo independentemente de nós*”²⁶.

Davidson é um autor complexo, uma vez que é o primeiro e principal expoente de uma fuga da análise em direção à hermenêutica e ao pragmatismo. Sua obra apresenta uma semântica das línguas naturais, a partir da teoria da verdade de Tarski²⁷ e do caso da tradução radical de Quine²⁸. Segundo Davidson, o que está em

25 Cf. GLOCK, op. cit., 2003.

26 SMITH, op. cit., 2005, p. 162.

27 A teoria da verdade de Tarski defende que a noção de verdade numa linguagem natural, onde S é verdadeiro (em L) se e somente se p, S é um enunciado da linguagem L, e p é a sua tradução na metalinguagem de que nos servimos para dar a regra ou a fórmula da verdade. (Cf. D'AGOSTINI. *Analíticos e Continentais*. São Leopoldo: Unisinos, 1999).

jogo na compreensão de uma linguagem é antes a interpretação. Não podemos, como Quine deseja, usar um manual de tradução radical para interpretar os significados, mas, se tivéssemos uma teoria da interpretação, poderíamos usá-la como uma base para um manual de tradução. Dessa forma, Davidson utiliza as idéias-guia de Quine para uma teoria da interpretação radical²⁹.

O relativismo quineano é rompido em Davidson, a partir dos seus próprios pressupostos. Segundo Davidson, abandonar a distinção entre analítico e sintético significa abandonar também a distinção entre teoria e linguagem. A escolha de uma linguagem já é uma escolha teórica e vice-versa: não existe uma teoria que não contamine a linguagem em que é formulada ou que não seja por ela contaminada.

O projeto do intérprete radical é peça central na obra de Davidson, pois é por ele que o autor pode defender um intérprete capaz de compreender o *outro* (interlocutor) em uma base de evidência que não pressupõe nenhum conhecimento detalhado de seus pensamentos ou nenhum conhecimento dos significados de suas palavras. Ou seja, é o método da interpretação radical que garante ao intérprete capacidade de observar e descrever acerca da intenção ou do significado do desejo do outro, excluindo qualquer informação sobre significados de qualquer das expressões do falante e qualquer conhecimento do conteúdo dos seus desejos, crenças, intenções, e outras atitudes proposicionais³⁰.

A *interpretação radical* recomenda que é necessário abandonar a procura de identidades entre conceitos, tanto no referente a culturas como a pessoas, pois estas jamais serão encontradas. Contudo, se a comunicação entre pessoas ocorre, e se é possível mediar uma grande parte das diferenças de visão de mundo que

28 A proposta da tradução de Quine defende que compreender uma linguagem significa conseguir estabelecer os casos em que certo enunciado da linguagem é verdadeiro. (Cf. D'AGOSTINI, op. cit., 1999).

29 Cf. D'AGOSTINI, op. cit., 1999.

30 Cf. LEPORE & LUDWIG, op. cit., 2005.

caracterizam culturas diferentes, então é porque uma parte considerável do que partilhamos é comum³¹.

A possibilidade da interpretação radical se ampara em outro princípio: no *princípio de caridade*. Será o *princípio de caridade* que nos possibilita assumir que as crenças de um falante, em uma linguagem estranha a nós, trabalhem na mesma base de evidência que as nossas crenças, no momento em que as interpretamos. O princípio da caridade, segundo Davidson, deve ser alargado até coincidir com a instância de ajustamento racional, pela qual é necessário, na interpretação, buscar soluções que tornem verdadeiras a maior parte dos enunciados da língua exótica. Lança mão, portanto, de uma regra de ajustamento, a qual diz que, até prova em contrário, é oportuno reter como verdadeiro e apropriado aquilo que os falantes dizem. Daí emerge sua visão holística do significado, pois este é interpretado como princípio regulador da interpretação³².

Essa presunção é necessária, pois o intérprete radical confia nas generalizações indutivas baseadas em observações repetidas de circunstâncias nas quais certos comportamentos lingüísticos ocorrem. Por exemplo, se um falante de uma linguagem alienígena repetidamente usa a palavra “*gavagai*”, na presença de um coelho, isso irá nos dar uma evidência indutiva boa para crer que tal palavra significa coelho. Porém, tais generalizações indutivas são possíveis somente se assumirmos que os falantes não estão sistematicamente errados, ou seja, que eles não têm sistematicamente falsas crenças; caso contrário, eles podem usar a palavra “*gavagai*” inconsistentemente para referir-se a diferentes objetos em diferentes ocasiões, e isso pode fazer com que as inferências indutivas do intérprete radical

31 Cf. [DAVIDSON, op. cit., 2001].

32 Cf. D'AGOSTINI, op. cit., 1999.

não sejam confiáveis para dar um significado. Por isso, o *principio de caridade* é um postulado necessário da interpretação radical³³.

Entre dois falantes que se envolvem numa conversação, é necessário admitir que as competências de partida de cada um deles (*prior theory*) difiram da do outro, mas é também necessário admitir que o efetivo ato do falar ponha em jogo, de tempos em tempos, novas regras lingüísticas e novas competências comunicativas (*passing theory*). Existe um intercâmbio inevitável de expectativas no encontro, cujos resultados variam de um caso para o outro e isso torna impensável a construção de uma teoria universal das competências lingüísticas. Dessa forma, pelo reconhecimento da natureza contextual e interpretativa da verdade, pela visão dialógica, interativa, dos processos comunicativos, pela renúncia de conceber a linguagem como território objetivado ou objetivável, Davidson se aproxima da hermenêutica³⁴.

Davidson propõe uma nova luz sobre a questão da pluralidade dos mundos e intraduzibilidade das linguagens, uma visão renovada do processo comunicativo. Para ele, o esquema conceitual ou a perspectiva teórica não são inteiramente distinguíveis da linguagem em que são formulados. Analogicamente é impensável a existência de uma linguagem como totalidade separada, que os falantes atingem. Existem, antes, processos singulares de adaptação recíproca entre falantes, que chegam a aquisições de tipo interpretativo, e, portanto, provisórias e continuamente submetidas a revisões e correções.

33 D'ORO, Giuseppina. Re-enactment and Radical Interpretation. *History and Theory* 43, Wesleyan University, May, 2004, pp. 198-208.

34 Cf. D'AGOSTINI, op. cit., 1999.

CAPÍTULO 2

2 INTERPRETAÇÃO RADICAL

“All understanding of the speech of another involves radical interpretation”³⁵.

O conceito de *interpretação radical* davidsoniano lança luz à questão de como nós somos capazes de vir a entender outras pessoas. É um projeto que sustenta a possibilidade de interpretar um falante, a partir de evidências que não pressupõem qualquer conhecimento dos significados dos seus termos ou qualquer outro conhecimento detalhado de suas atitudes proposicionais. Davidson inicia seu projeto da interpretação radical a partir de questionamentos como: o que podemos saber que nos habilita interpretar os outros falantes? Como podemos saber isso na base de evidência que não pressupõe nenhum conhecimento sobre isso?³⁶. São questões que visam uma iluminação conceitual, mostrando como conceitos centrais de uma teoria da interpretação podem ser empiricamente aplicados na base de evidência que não pressupõe nada sobre sua aplicação.

O intérprete radical é aquele que observa a correlação entre as coisas que a pessoa está preparada a dizer e as mudanças no ambiente que o intérprete julga

35 DAVIDSON, Donald. *Subjective, intersubjective, objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001, p. 125.

36 LEPORE; LUDWIG, op. cit., 2005, p. 152.

estarem ocorrendo em relação ao sujeito. O intérprete radical será, segundo Smith, “aquele que busca estabelecer uma relação entre o que é dito por seu interlocutor e as coisas e os eventos que existem e acontecem no mundo objetivo (e que causam suas crenças)”³⁷. O intérprete, portanto, nota como outras pessoas chegaram a pensar as coisas que elas fazem na base de evidência que elas possuem. A *interpretação radical* assume, desde o início, que o pensamento, como a linguagem, é social, e que depende das interações das pessoas que compartilham um ambiente comum³⁸. Nas palavras de Davidson, “*that meanings are decipherable is not a matter of luck; public availability is a constitutive aspect of language*”³⁹.

Para Davidson, a chave para entendermos a nós mesmos como tendo pensamentos e crenças é nos compreendermos como parte de uma comunidade de pessoas com pensamentos e crenças. Uma *comunidade de mentes* é a base do conhecimento, conforme defende Stroud⁴⁰, é ela que fornece a medida de todas as coisas. Não tem sentido questionar a adequação dessa medida ou buscar um padrão mais fundamental.

Segundo Davidson,

a identificação dos objetos do pensamento descansa sobre uma base social. Sem uma criatura que observa a outra, a triangulação que situa os objetos relevantes num espaço público não poderia ter lugar. Não quero dizer com isso que a observação de uma criatura, por parte de outra proporcione a qualquer delas o conceito de objetividade. A presença de duas ou mais criaturas interagindo entre si e com um entorno comum é, no melhor dos casos, uma condição necessária de tal conceito. Só a comunicação pode proporcionar o conceito, porque ter o conceito de objetividade, o conceito dos objetos e dos eventos que ocupam um mundo compartilhado, dos objetos e dos eventos cujas propriedades e existência são independentes de nosso pensamento, requer que sejamos conscientes do fato de que compartilhamos outros pensamentos e um mundo⁴¹.

37 SMITH, op. cit., 2005, p. 163.

38 [DAVIDSON, op. cit., 2001].

39 DAVIDSON, Donald. The structure and content of truth. *Journal of Philosophy*, 87/6, 1990, p. 314.

40 Cf. STROUD, Barry. Interpretação Radical e Ceticismo Filosófico. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

41 DAVIDSON apud SMITH, op. cit., 2005, p. 164.

Assim, a comunicação lingüística é o que estabelece o vínculo entre subjetivo e objetivo. Na comunicação real entre interlocutores, segundo Smith, *“para que seja possível compreender a linguagem de outrem, devemos ser capazes de conceber, pensar e julgar aquilo que ele concebe, pensa e julga”*⁴².

Para o autor, não podemos parar de agir interpretativamente e apenas descrever o mundo. Atribuições interpretativas podem ser consideradas descritivas, mas apenas se reguladas e conduzidas por pessoas que conversam e se compreendem. A base de qualquer conhecimento é a pluralidade de criaturas engajadas no projeto de descrever seu mundo e interpretar cada descrição dele⁴³.

A interpretação exige que a pessoa a ser interpretada produza algo que possa ser tratado como um proferimento. O intérprete deve reconhecer que o falante adota certa atitude diante do que ele produz. Se alguma atitude assim pode ser descoberta, o caminho do intérprete para os pensamentos dos outros é começar com aquelas coisas que o falante sustenta serem verdadeiras, ou pode lançar hipóteses com respeito ao que leva o falante assentir ou dissentir da sentença naquelas circunstâncias. Refere-se Stroud: *“a crença é em sua natureza verídica; é uma questão de interpretação bem-sucedida de uma pessoa por outra”*⁴⁴.

Para explicar o que e por que alguém disse ou fez alguma coisa, necessitamos interpretar os objetivos, intenções, razões e crenças do falante. O trabalho de interpretação está associado ao ato de outorgar desejos, crenças e outros pensamentos a uma fala. Por isso, *“o diálogo é o contexto da objetividade”*⁴⁵. Dessa forma,

interpretar os outros não é como comparar um inseto com outro, é uma questão de usar meus próprios valores e pensamento, minhas normas e

42 SMITH, op. cit., 2005, p. 163.

43 MARTINS, op. cit., 2005, p. 263.

44 STROUD, op. cit., 2005, p. 105.

45 SMITH, op. cit., 2005, p. 166.

minha racionalidade para compreender o outro. Eu não espero encontrar atitudes proposicionais, ou o tipo de normas e racionalidade que elas implicam (...). Qual é o problema de apontarmos para isso? ⁴⁶

Davidson defende em sua filosofia que saber a razão primária por que alguém agiu é saber a intenção com que a ação foi feita. Assim, quando perguntamos a alguém por que agiu, queremos obter uma interpretação, para que não se compreenda o comportamento como estranho, injustificado ou desconexo. Compreendendo a sua razão, teremos uma interpretação, encaixando o ato num quadro que inclui algumas das crenças, atitudes, metas, fins, princípios, traços gerais de caráter, virtudes ou vícios do agente. Contextualizaremos, portanto, a ação, a partir de uma razão que proporciona um contexto de avaliação mais alargado. Compreender, mediante a compreensão da razão, significa apreender o objetivo da ação enquanto aplicação de regras, práticas, convenções e expectativas. Ou seja, quando explicamos uma ação, através da respectiva razão, a reescrevemos ⁴⁷.

A teoria do significado, para Davidson, é composicional, e ele a trata como teoria empírica, uma teoria de falantes particulares de linguagens naturais, os quais são confirmados na base da evidência pública. Trabalhando a teoria como empírica, a trabalhamos como teoria da interpretação, ponto que ajuda a iluminar os significados das expressões primitivas, no momento em que mostramos como articular sistematicamente conceitos empregados na teoria com conceitos utilizados na descrição das evidências à disposição de um intérprete para outro intérprete. Com isso, desde que os falantes sejam agentes racionais, é possível colocar o conceito de significado em um contexto de uma teoria da agência racional e comunicacional. Davidson visa traçar conexões entre um conceito e um arranjo de outros conceitos

46 MARTINS, op. cit., 2005, p. 254.

47 [DAVIDSON, op. cit., 2001].

com os quais ele é aliado nas nossas descrições sobre nós mesmos e nossas interações uns com os outros, ao invés de dar suficiente e necessariamente condições para a aplicação do predicado “é significável que”⁴⁸.

2.1 Objetividade em Davidson e o argumento cético

O sentido de objetividade em Davidson é extremamente simples: nossas atitudes proposicionais são objetivas, não porque foram formadas à luz de alguma evidência, mas porque são verdadeiras ou falsas na conversa com os outros. A objetividade é uma consequência da triangulação, na qual o conteúdo do pensamento de uma pessoa depende de suas relações com outras pessoas e com o mundo. Para tanto, é fundamental que dois seres (supostamente racionais) interajam com um objeto num diálogo⁴⁹.

Para Davidson⁵⁰,

a metáfora a que volto sempre é a da triangulação. Não se pode falar de alguém que está em contato com o mundo, com as árvores, as mesas, as estrelas, a menos que esteja em contato com a outra pessoa que está também em contato com as coisas externas. É o que permite às coisas estarem situadas num mundo objetivo compartilhado. É este fundamento que alimenta o conceito de verdade objetiva. Parece-me que este deve ser fundado na intersubjetividade, pois é somente a intersubjetividade que alimenta o *standard*, a medida, a luz através da qual se pode ver a diferença entre o que as coisas parecem ser e o que realmente são.

Fica claro que, para Davidson, existe uma relação causal entre o mundo, as coisas e as elocuições, e essa relação não é somente contingente. Ele diz que muitas das nossas elocuições são provavelmente causadas por eventos no mundo

48 LEPORE; LUDWIG, op. cit., 2005, p. 11.

49 Cf. SMITH, op. cit., 2005.

50 DAVIDSON, Donald. Una conversación. *Descartes*, v.9, n. 13, p. 10, Set.1994 apud SPARANO, op. cit., 2003, p. 39.

externo, e que tal relação é, em algum lugar, no sistema de crenças de alguém, determinante para o significado. Diz que habitamos um mundo comum e que há uma conexão causal entre o mundo e o falante, o qual, por sua vez, está subordinado a um sistema de crenças que o ajuda a constituir o significado e seu próprio conteúdo mental, aquilo que ele pensa sobre as coisas⁵¹.

O intérprete, para compreender a fala do outro, supõe que, em grande parte, as frases que um falante tem por verdadeiras são verdadeiras, pois o único método à disposição do intérprete é pôr automaticamente as crenças do falante, de acordo com seus próprios critérios lógicos. Aqui aparece o tema da autoridade da primeira pessoa: eu suponho que conheço o que significo, enquanto o mesmo não se passa com outras pessoas em relação a mim, pois elas não conhecem, do mesmo modo que eu, o que eu intento e creio ao expressar minhas declarações; dessa forma, devem *interpretar radicalmente* o que eu falo. Quando interpretamos as ações e falas dos outros, presumimos que eles têm a mesma autoridade sobre suas crenças e seus desejos; por isso, a *“autoridade da primeira pessoa é uma condição de possibilidade para a atividade de interpretação”*⁵².

Com isso, podemos concluir que a maior parte de nossas crenças são relacionadas com o mundo externo. O que um falante diz, faz, ou mesmo pensa, tem lugar no mundo externo. Ou seja, o que ocorre é aquilo que pensamos que é. Essa visão externalista requer uma relação causal entre mundo e mente, entre algum lugar na rede de crenças do falante, a qual se espalha como um todo holístico, determinada pela interpretação⁵³.

51 SPARANO, op. cit., 2003, p. 122.

52 SMITH, op. cit., 2005, p. 165.

53 SPARANO, op. cit., 2003, p. 122.

O fato é que a tese davidsoniana abre espaço para a possibilidade de que uma pessoa possa ter um adequado jogo de crenças coerentes que são compreensivelmente falsas sobre o mundo atual. O argumento cético⁵⁴ vem de encontro ao Davidson com a seguinte questão: “*Quais seriam as regras para se evitar a possibilidade de um erro massivo?*”.

Davidson concorda que, mesmo com sua teoria da coerência, precisa dar aos céticos razões para supor que crenças coerentes sejam verdadeiras. Para tanto busca Wittgenstein, quando relata que todo teste, confirmação ou desconfirmação de uma hipótese tem um lugar já dentro de um sistema⁵⁵. Dessa forma, não faria sentido perguntar pela justificação de um sistema inteiro, e argumentos céticos como estes deveriam ser tidos como inteligíveis.

Davidson defende que nada pode ser tomado como justificação, a menos que faça referência a algo que nós já aceitamos, e não há forma de sair de nossas crenças – ou linguagem – como também não há como encontrar outro teste que não seja a coerência. Enfim, nós não podemos ter conhecimento ou falar sobre um mundo objetivo de que nós não façamos parte.

O nosso problema, simplificadamente, é encontrar uma forma de ligar nossas crenças sobre o mundo com o mundo em uma maneira que mostre como tais crenças são justificadas. Este problema não pode ser resolvido pela tentativa de ligar crenças com o mundo, através de intermediários causais, pois relações causais não solucionam o problema, porque elas não são justificativas. Intermediários

54 O ceticismo na sua forma relevante que Davidson irá debater deve ser entendido como a visão que: a) duvida que tenhamos qualquer conhecimento sobre o mundo atual; b) concede que todas minhas crenças sobre o mundo estejam arranjadas conjuntamente; c) questiona se existe qualquer boa razão para supor que crenças coerentes são verdadeiras (KLEIN, Peter. *Radical Interpretation and Global Skepticism*. In *Truth and Interpretation: Perspectives on The Philosophy of Donald Davidson*. Edited by Ernest LePore. New York: Basil Blackwell, 1986, p. 370).

55 “All testing, all confirmation and disconfirmation of a hypothesis takes place already within a system” (Wittgenstein, 1969b, 105, apud FOGELIN, Robert. *Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification*. New York: Oxford University Press, 1994, p. 173).

epistêmicos geram mais problemas do que soluções. Nós somos limitados a questionar como eles são relacionados com o mundo e se eles referem isso corretamente. O necessário é descobrir algum modo de conexão que não encontre nenhuma dessas dificuldades. Davidson achou a noção de significado.

Para Davidson, significado e justificação são ligados por um princípio: dar o significado de uma sentença irá demandar que nós especifiquemos o que justificaria afirmar isso. Davidson diz que damos uma descrição ruim de significado, se sustentarmos que qualquer coisa a ser significada precise ser traçada para trás na experiência. Nós poderíamos chamar isso uma concepção fundacionista de significado; significado, nessa forma básica, nos aparece como partes acessíveis. Em um lado, existem as crenças, com seus significados amplos, se não completos, acessíveis a nós; no outro lado, um pouco separado, está a parte da verdade. O que crenças significam é uma coisa; se elas são falsas ou verdadeiras, é uma coisa totalmente diferente.

O que é necessário responder ao cético é mostrar que uma pessoa, com um jogo coerente de crenças, tem razões para supor que suas crenças não estão erradas na sua maioria. A resposta para o problema precisa ser a de encontrar uma razão para supor que nossas crenças sejam verdadeiras na sua maioria. Assim, Davidson vê o problema da epistemologia, aceitando a coerência como o teste da verdade⁵⁶.

Dessa forma, a conexão entre verdade e significado é semelhante a algo como: significado é dado por condições objetivas de verdade, condições objetivas de

56 O argumento de Davidson pode ser esquematicamente exposto, conforme Klein (KLEIN, op. cit., 1986, p. 377):

"X" = jogo de crenças coerentes

P1. Se "X" é interpretável, então "X" é verdadeiro em sua maioria.

P2. "X" é interpretável.

P3. Portanto, "X" é verdade em sua maioria.

C1. Portanto, o ceticismo global é falso.

C2: desde que saibamos a natureza da fala e da crença, cada indivíduo tem uma boa razão para crer que seu "X" é verdade.

verdade são testadas pela coerência. Portanto, significado não é explicado pela confrontação, mas pela coerência. Para ele, nós podemos aceitar condições objetivas de verdade como uma chave para o significado, uma visão realista da verdade, e nós podemos insistir em que conhecimento é mundo objetivo independente da nossa linguagem⁵⁷.

Efetivamente, o que podemos observar é o uso das sentenças no contexto. Dessa forma, a verdade seria o conceito semântico que melhor compreendemos. Ou seja, a referência e as noções semânticas relacionadas, tais como a verdade, são conceitos teóricos imersos no uso das sentenças. Entretanto, cada enunciado tem seu agente e seu tempo. A primazia das sentenças ou enunciados sentenciais é ditada por ocasiões particulares, a partir de falantes particulares. Portanto, nessa particularidade estão inseridas as condições de verdade de um discurso. Davidson defende, com isso, que devemos focalizar o conceito de verdade na compreensão da linguagem, pois não existem razões para procurar uma descrição prévia ou independente de qualquer relação referencial⁵⁸.

Uma teoria da verdade, para Davidson, é uma teoria da compreensão, uma teoria da interpretação, na qual um dos pilares é a questão da indeterminação, a qual aparece, quando se constata a natureza vaga do discurso. Jamais teremos sucesso em dizer tudo que temos para dizer, sem lançar mão de uma linguagem vaga ou indeterminada. Conforme relata Martins, comparar um sistema conceitual com o mundo é *“algo sem sentido porque é sem sentido imaginar um mundo ready-made (com uma estrutura totalmente precisa) ao qual uma relação determinada de correspondência possa vir a se adequar”*⁵⁹.

57 Cf. FOGELIN, op. cit., 1994.

58 Cf. DAVISON, Donald. *Ensaios sobre a Verdade*. São Paulo: Unimarco Editora, 2002.

59 MARTINS, op. cit., 2005, p. 243.

Segundo o autor, o essencial em uma reflexão acerca da possibilidade de uma teoria da verdade é a ligação com os usuários da linguagem. Não valeria como uma sentença, nem o conceito de verdade teria nenhuma aplicação, se não houvesse criaturas que usassem sentenças enunciando os sinais delas. Uma teoria da verdade é uma teoria empírica sobre as condições de verdade de toda sentença em algum conjunto de sentenças. Contudo, sentenças são objetos abstratos, formas, e não têm condições de verdade por si só; será necessário incorporar a elas o falante. Assim, é com enunciados e escritos de usuários da linguagem que uma teoria da verdade deve lidar, ou seja, qualquer descrição completa do conceito de verdade deve relacioná-la com o intercurso lingüístico real. A questão de se uma teoria da verdade é verdadeira para uma dada linguagem (grupo de falantes) só faz sentido, se as sentenças dessa linguagem tiverem um significado independente da teoria. Caso contrário, a teoria não é uma teoria no sentido ordinário do termo, mas uma descrição de uma possível linguagem⁶⁰.

Para Davidson⁶¹,

se conhecêssemos em geral o que torna uma teoria da verdade corretamente aplicada a um falante ou grupo de falantes, poderíamos dizer de modo plausível que compreendemos o conceito de verdade. E, se pudéssemos dizer exatamente o que torna tal teoria verdadeira, poderíamos dar uma descrição explícita – talvez uma definição – da verdade. A evidência mais fundamental, enquanto oposta a um critério, para a correção de uma teoria da verdade, deve residir nos fatos disponíveis sobre como os falantes usam a linguagem.

Um enunciado possui certas condições de verdade apenas se o falante pretende ser interpretado como tendo aquelas condições de verdade. Ou seja, o que importa na comunicação lingüística bem-sucedida é a intenção do falante de ser interpretado de certa forma por seu intérprete. Assim, uma teoria da verdade liga o falante com o intérprete, pois descreve as habilidades e práticas lingüísticas do falante e fornece

60 Cf. DAVISON, op. cit., 2002.

61 Id.Ibid., 2002, p. 75.

ao intérprete a substância que permite captar o significado dos enunciados de seu interlocutor.

Segundo Davidson⁶²,

quando digo disponível, quero dizer disponível publicamente – disponível, não só em princípio, mas disponível na prática para qualquer um que seja capaz de compreender o falante ou falantes de alguma linguagem. Já que todos dentre nós compreendemos alguns falantes de algumas linguagens, todos dentre nós devemos ter uma evidência adequada para atribuir condições de verdade aos enunciados de alguns falantes; todos dentre nós temos, assim, uma compreensão competente do conceito de verdade enquanto aplicado ao comportamento lingüístico dos outros.

Davidson não tem um sentido de coerência altamente idealizado e restritivo. Ele é modesto, pois não exige que um sistema coerente precise ser construído a partir de crenças mútuas que se sustentem e nas quais todas elas sejam verdade. Para ele, tudo que uma teoria coerentista pode oferecer é que a maioria das crenças em um jogo de coerências da crença seja verdade. Dessa forma, para Davidson, não é necessário que todas as crenças sejam verdadeiras, mas que, num jogo de coerência de crenças, sejam elas, na sua maioria, pretensões de verdade.

Fica claro, contudo, que Davidson não diz que todas as crenças de uma fala consistente constituem conhecimento, pois uma crença pode fazer parte de um sistema coerente de crenças e pode ser justificada, mas continuar sendo falsa. Se conhecimento é tratado como uma crença verdadeira justificada, então necessita de três coisas para explicá-lo: justificção, verdade e crença. Para Davidson, justificção é explicada pela coerência. A verdade vem depois. Ele não espera definir verdade em termos de coerência e crença, pois a toma como mais primitiva e, portanto, mais transparente. A verdade de um falante, para Davidson, depende somente de duas coisas: o que as palavras do falante significam e como o mundo está arranjado.

62 Id.Ibid., 2002, p. 76.

Para Davidson, se sua teoria estiver correta, refuta-se a forma do ceticismo a qual diz podermos estar errados sobre a maioria ou mesmo sobre todas as crenças acerca do mundo, pois a teoria de Davidson pressupõe um recurso metodológico, para que a interpretação possa ser iniciada: uma vez que interpretamos as proposições S, o intérprete radical, R, precisa supor que a maioria das crenças básicas de S são verdadeiras. Portanto,

o ceticismo global é falso, porque contraria as expectativas comuns da comunicação lingüística, contraria nossa vida comum. O erro massivo e a incoerência radical das crenças são incompreensíveis, pois ter uma atitude proposicional particular implica possuir lógica correta em grandes linhas, ser uma criatura racional e manter uma relação causal com o mundo externo à mente⁶³.

2.2 Autoridade da Primeira Pessoa

Um dos problemas de Davidson é explicar a assimetria entre a maneira pela qual uma pessoa sabe sobre seus estados mentais contemporâneos e a maneira pela qual outros sabem sobre eles:

Quando um falante defende que ele tem uma crença, esperança, desejo ou intenção, há a presunção de que ele não esteja errado, uma presunção a qual não une as suas asserções de estados mentais similares com outros. Porque há essa assimetria entre as atribuições das nossas atitudes presentes e as atribuições das mesmas atitudes por outras pessoas?⁶⁴

Para tanto, Davidson defende a autoridade da primeira pessoa no seu proferimento, a qual significa que uma pessoa têm acesso a sua crença melhor do que ninguém. Quando um falante assevera que ele tem uma crença, há uma

63 SMITH, op. cit., 2005, p. 166.

64 "When a speaker avers that he has a belief, hope, desire or intention, there is a presumption that he is not mistaken, a presumption that does not attach to his ascriptions of similar mental states to others. Why should there be this asymmetry between attributions of attitudes to our present selves and attributions of the same attitudes to other selves?" (DAVIDSON, op. cit., 2001, p. 3).

presunção de que ele não está errado, isto é explicado por uma espécie de suposição cognitiva: uma pessoa normalmente sabe o que ela acredita. A explicação da autoridade da primeira pessoa remonta às exigências da interpretação da fala ⁶⁵.

Assim, eu não trato, embora pudesse, meus próprios estados mentais da mesma maneira que eu trato os dos outros. O meu conhecimento é imediato, pois nós usualmente sabemos o que acreditamos, sem usar ou precisar de evidência, pois, normalmente, na fala de Hacker, *“não tem sentido perguntar por que uma pessoa crê que tem as crenças que afirma ter”* ⁶⁶. Para Davidson,

nós sabemos de uma forma na qual ninguém pode saber o que nós cremos, tememos, queremos, valoramos ou intencionamos. Nós sabemos como as coisas aparecem para nós, como elas são vistas por nós, sentidas por nós, como cheiros e sons são para nós. Nós sabemos essas coisas de uma forma a qual nós nunca saberemos sobre o mundo que nos cerca. Se estivermos ou não algumas vezes errados sobre os conteúdos de nossa própria mente, se podemos estar ou não em dúvida acerca de nossas próprias sensações ou sentimentos, uma coisa é certamente verdade sobre essas crenças: elas não podem estar generalizadamente erradas. Se nós pensamos que nós temos certo pensamento ou sensação, há uma forte presunção de que nós estamos certos ⁶⁷.

A autoridade da primeira pessoa refere-se ao que eu sei o que creio, mas meu ouvinte pode não saber, pois a suposição de que sei o que significo me dá, mas não ao meu ouvinte, conhecimento da crença que expressei com meu proferimento. Dessa forma, é essencial à natureza da interpretação que exista uma presunção de que falantes não estão equivocados sobre o que suas palavras significam. Não faz sentido o falante perguntar se ele geralmente quer dizer o que diz ⁶⁸.

65 Cf. HACKER, P.M.S. Sobre a Autoridade da Primeira Pessoa. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

66 HACKER, op. cit., 2005, p.84.

67 “We know in a way no one else can what we believe, fear, want, value and intend. We know how things seem to us, how they look to us, feel to us, smell and sounds to us to be. We know these things in a way we can never know about the world around us. Whether or not we are sometimes wrong about the contents of our own minds, whether or not we can be in doubt about our own sensations and thoughts, one thing is certainly true of such beliefs: they cannot be generally mistaken. If we think we have a certain thought or sensation, there is a strong presumption that we are right” (DAVIDSON, op. cit., 2001, p. 192).

68 Cf. HACKER, op. cit., 2005.

Contudo, Davidson diz que o erro é possível, e também a dúvida, pois não pode haver garantia geral de que um ouvinte está interpretando corretamente um falante. Contudo, tais casos não são padrões. Apesar da possibilidade de erro, uma pessoa nunca perde seu direito especial para estar certa sobre suas próprias atitudes, mesmo quando sua afirmação é desafiada ou mesmo derrubada ⁶⁹.

Davidson afirma:

Embora haja a autoridade da primeira pessoa dizendo respeito às crenças e outras atitudes proposicionais, o erro é possível; isto é devido ao fato de que atitudes são disposições que se manifestam em várias formas, e dentro de um espaço de tempo. O erro é possível, bem como a dúvida. Então, nós não temos sempre o conhecimento indubitável sobre nossas próprias atitudes. Nem são incorrigíveis nossas afirmações sobre nossas próprias atitudes⁷⁰.

Dessa forma, segundo Hacker,

Davidson faz uma dedução transcendental da autoridade da primeira pessoa: sabemos que nos comunicamos uns com os outros; é uma exigência da comunicação que exista uma presunção de que o falante sabe o que ele significa com seus proferimentos; se o falante sabe que o que ele sustenta com a sentença é verdadeiro, então ele sabe o que crê; assim, há uma presunção, essencial para a possibilidade da interpretação e da comunicação, de que um falante sabe o que crê, quando assevera que crê em alguma coisa⁷¹.

Pelo argumento da autoridade da primeira pessoa, Davidson afirma: a) que proferimentos são portadores de verdade; b) que crer em algo é uma questão de sustentar como verdadeiro um proferimento; c) que um falante normalmente sabe o que suas palavras significam, sabe o que ele quer dizer com suas palavras, em geral; sabe que o que suas palavras significam é o que ele tem a intenção de que elas signifiquem, dentro dos nossos limites da possibilidade de interpretação ⁷².

69 Cf. HACKER, op. cit., 2005.

70 "Though there is first person authority with respect to beliefs and other propositional attitudes, error is possible; this follows from the fact that the attitudes are dispositions that manifest themselves in various ways, and over a span of time. Error is possible; so is doubt. So we do not always have indubitable or certain knowledge of our own attitudes. Nor are our claims about our own attitudes incorrigible" (DAVIDSON, D., 2001, op. cit., p.4).

71 HACKER, op. cit., 2005, p.86.

72 Cf. Id.Ibid., 2005.

A grande diferença é que, quando interpreto o outro, duas linguagens estão envolvidas, a minha e a dele (as mesmas palavras podem significar coisas diferentes na minha linguagem e na dele). Já quando interpreto a mim mesmo, apenas uma linguagem está envolvida, a minha própria; a interpretação não está, portanto, aberta a confusões lingüísticas. Assim, a explicação da autoridade da primeira pessoa mostra por que os determinantes externos do significado não ameaçam nosso conhecimento do caráter de nossos próprios pensamentos. O que queremos dizer por meio daquilo que falamos é, se a minha avaliação do papel da aprendizagem na concessão de significado estiver correta, parcialmente fixado por eventos dos quais podemos ser ignorantes. Disso não segue que não sabemos o que queremos dizer, pois o conteúdo do que pensamos que queremos dizer é determinado exatamente pelas mesmas circunstâncias que determinam o que queremos dizer⁷³.

Para Davidson, devemos interpretar os pensamentos dos outros na nossa base de evidência. Mesmo que a racionalidade seja um traço social, o conhecimento da própria mente é pessoal. Contudo, o que individua esse estado, ao mesmo tempo o faz acessível a outros, porque o estado é individuado através da interação causal de três elementos: quem pensa, aqueles com os quais se comunica e um mundo objetivo que compartilham⁷⁴.

Assim, para Davidson, uma interpretação é bem-sucedida, se é capaz de dizer o que as palavras do falante significam na ocasião do seu uso. Ou seja, o intérprete deve ser capaz de, conforme cada proferimento do falante, atribuir uma sentença em sua própria linguagem. As sentenças do intérprete fornecerão as condições de

73 Cf. DAVIDSON, D. Knowing one's own mind. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 1987, pp. 441-458.

74 Cf. SMITH, op. cit., 2005.

verdade dos proferimentos do falante e, dessa forma, será possível obter uma caracterização recursiva da verdade das sentenças do falante, segundo o ponto de vista do intérprete⁷⁵.

Davidson põe a questão da interpretação radical, a partir do exemplo da tradução de uma linguagem completamente desconhecida. A idéia da tradução⁷⁶ de uma linguagem alienígena é um método empregado para fazer claro que o intérprete não pressupõe o que os falantes supõem mostrar. Pois, para Davidson, intérpretes não podem assumir que outros significam as mesmas coisas tal como eles fazem, quando usam certas palavras (isso fica claro, no caso de uma linguagem completamente desconhecida). A idéia de uma linguagem alienígena é uma forma fundamental de estabelecer o ponto epistemológico que a interpretação precisa estabelecer sobre o que o falante quer significar, não pressupondo isso⁷⁷.

2.3 Linguagem e Significado em Davidson

Não esqueçamos que uma palavra não tem um significado dado, por assim dizer, por um poder independente de nós, de tal modo que pudesse haver

75 Cf. ARRUDA, op. cit., 2005.

76 A grande diferença entre a tradução radical de Quine e a interpretação radical de Davidson é que o tradutor relaciona a linguagem de outra pessoa com a sua própria linguagem, enquanto o intérprete relaciona a linguagem de outra pessoa com o mundo. A tradução é uma relação sintática, a interpretação uma relação semântica. Na interpretação radical é essencial tentar construir um relato das condições de verdade das elocuições do falante, buscando entender a estrutura de sentenças como composta por um número finito de partes, isto é, um vocabulário básico e um número finito de modos de reunir as partes. As linguagens naturais têm um número potencialmente ilimitado de sentenças, mas um objetivo da interpretação radical é encontrar o papel das partes das sentenças e determinar as condições de verdade de todas essas sentenças. A tradução radical não requer isso. Quine estava interessado em demonstrar que não há nenhuma maneira de colocar um limite entre proposições analíticas e proposições sintéticas, visando mostrar como fazer filosofia da linguagem, sem apelar para significados como entidades [cf. DAVIDSON, op. cit., 2001].

77 Cf. D'ORO, op. cit., 2004.

uma espécie de investigação científica sobre o que a palavra realmente significa. Uma palavra tem o significado que alguém lhe há dado⁷⁸.

Davidson defende, ao longo de seus escritos, que não existem regras preestabelecidas na questão investigativa da linguagem e do significado, pressupondo um modelo do funcionamento da linguagem e do significado que não necessita de regras, convenções ou normas. Para ele, somos nós, os falantes, os que sustentamos a linguagem. No nosso dia-a-dia nós construímos a linguagem e seu significado conforme a comunicação se dá. Dessa forma, nas palavras de Parada⁷⁹, *não há significado algum além das situações concretas de uso nas quais as palavras e expressões são levadas, em cada caso, pela prática.*

O significado de uma palavra, portanto, não deve ser entendido como alguma entidade especial, mas simplesmente a partir da utilidade, da função que as palavras cumprem em um determinado contexto. Davidson concebe uma visão pragmatista, pois compreende a linguagem, não como um repertório de idéias armazenadas em vocábulos, mas como um conjunto de ferramentas, que variam conforme a função que visamos realizar. Ou seja, para Davidson, a linguagem é, basicamente, um instrumento de comunicação.

Parada⁸⁰ diz que *“perguntar por um significado de uma terminação lingüística tem tão pouco sentido como perguntar sobre o significado de um martelo”*. Dessa forma, o significado, como Davidson o compreende, é algo que está presente em nossas práticas comunicativas cotidianas, emergindo exatamente delas. Ali o significado terá sua origem e fundamento. O que não se possa extrair, semanticamente, dessa

78 “No olvidemos que una palabra no tiene un significado dado, por así decirlo, por un poder independiente de nosotros, de tal modo que pudiese haber una especie de investigación científica sobre lo que la palabra realmente significa. Una palabra tiene el significado que alguien le ha dado” (WITTGENSTEIN. Cuadernos azul y marrón. Madrid: Tecnos, 1998, pp. 56-57).

79 PARADA, Pedro Rojas. Significado, convenciones y comunicación según Donald Davidson. *Revista de Filosofía*. Vol 27. nº1. Universidad de Castilla: La Mancha, 2002, p. 47.

80 PARADA, op. cit., 2002, p. 44.

fonte, será inútil buscar em outro lugar. Significado, portanto, é *o que competentes falantes compreendem*⁸¹.

A atitude de Davidson na sua filosofia da linguagem é a de negar-se a introduzir toda possível entidade hipostasiada, cuja presença não pode ser rastreada na comunicação efetiva. Com isso, Davidson nega que um significado esteja em algum *céu platônico*⁸², mas somente na comunicação, lugar originário de toda ordem semântica, não se condensa em grupos ou núcleos semânticos intrinsecamente definidos e estáveis. Não há, portanto, uma estrutura semântica prévia que se imponha como um molde rígido sobre os falantes, de modo que estes devam submeter-se a seus rigores sem sequer serem entendidos. Davidson crê que podemos prescindir dessa hipótese pesada na hora de dar conta da comunicação lingüística⁸³.

Com isso, o autor evidencia que o fracasso do platonismo semântico está na impossibilidade de circunscrever, de uma vez só, todas as mudanças no uso de nossas expressões. A crença de que nossos significados estão plenamente determinados, que há traçado um mapa semântico rígido em algum lugar (em nossas mentes, no uso social da linguagem, ou em algum céu platônico) é uma tendência hipostasiante. Nesse sentido, não existem os significados, pois eles não são entidades “reais” de nenhum tipo. Não preexistem às ocasiões efetivas de emprego em que usamos a linguagem: quando perguntamos sobre o significado, só perguntamos pelo modo de uso da palavra. Por isso, para Davidson, nós não usamos a linguagem conforme regras restritas, pois a linguagem é uma dimensão

81 GLOCK, op. cit., 2003, p. 352.

82 Faz referência ao céu platônico em que subsistem idéias abstratas, puras, descoladas da realidade, do mundo real.

83 Cf. PARADA, op. cit., 2002.

fluida, cujos mecanismos comunicativos estão nas mãos dos falantes e não há por que solidificar-se em estruturas rígidas para oferecer rendimentos satisfatórios⁸⁴.

A linguagem, então, deve ser entendida, nesse contexto, somente como um instrumento de comunicação, sendo que todas as demais determinações que lhe possamos atribuir serão derivadas e secundárias. Não devemos esperar que a linguagem mostre mais estrutura e rigidez do que mostram nossas conversações na prática cotidiana. E é muito bom que isso seja assim, pois, se a compreensão lingüística intersubjetiva dependesse de que respeitássemos sempre códigos estritos, sintático e semântico, de nossas linguagens, praticamente estaríamos condenados a não nos entendermos nunca. Até mesmo porque nossas conversações são, freqüentemente, cheias de subentendidos e de erratas, mas, mesmo assim, nos entendemos. Davidson parte, sem dúvida, desse assombro para a construção da sua filosofia: habitualmente, não importa quão torpes, confusos e dispersos sejamos como falantes, apesar de tudo, conseguimos nos compreender, fazendo entender ao nosso interlocutor o que queremos dizer⁸⁵.

Para GLOCK⁸⁶,

Davidson rejeita a idéia de que o significado das nossas palavras possa transcender nosso conhecimento dos seus significados. (...) Palavras não têm significado lingüístico intrínseco, como um resultado de fatores acessíveis exclusivamente a neurologistas, mas somente porque falantes usam e as explicam de certa maneira.

Há uma tendência epistemológica na filosofia davidsoniana que é a orientação de prescindir de intermédios entre o sujeito e o mundo. Uma vez eliminados possíveis candidatos mediadores, como idéias, impressões, estimulações nervosas,

84 Cf. PARADA, op. cit., 2002.

85 Cf. PARADA, op. cit., 2002.

86 "Davidson is right to reject the idea that the meaning of our words could transcend our knowledge of their meaning. (...) Words do not have linguistic meaning intrinsically, as a result of factors accessible exclusively to neuroscientists, but only because speakers use and explain them in certain way" (GLOCK, op. cit., 2003, p. 352).

etc., abre-se espaço aos significados. Significados esses que não devem ser concebidos como entidades interpostas entre o sujeito e o mundo, entre os diversos interlocutores ou entre o falante e suas intenções comunicativas. Para Davidson, não deveria haver mediadores epistêmicos, pois a noção de significado deve ser tornada mais flexível e aberta a trocas, como estratégia para salvar nossa comunicação e nos pôr em contato com as coisas, os seres e o mundo que nos rodeia, evitando um possível bloqueio do acesso à realidade que redes lingüísticas tão espessas possam significar⁸⁷.

Davidson, contudo, quando recusa a existência de convenções ou regras como elementos imprescindíveis e constituintes da comunicação, não nega a existência de linguagens naturais compartilhadas por uma determinada comunidade de falantes. Com isso, se quer dizer que essas linguagens naturais têm a característica de, por natureza e aprendizagem, empregar as palavras, mais ou menos, da mesma maneira. Porém, isso é o mesmo que dizer que uma determinada comunidade compartilha dos mesmos costumes na mesa para comer; não deveríamos, portanto, extrair daí conseqüências importantes para a noção de significado⁸⁸.

Enfim, a questão da linguagem, de toda investigação semântica e de todos os conceitos necessários (significado, referência, verdade, linguagem, etc.), na visão davidsoniana, tem seu ponto de partida na comunicação entre os falantes. Ou melhor, naqueles casos nos quais a comunicação transcorre sem dificuldades e o falante consegue ser compreendido pelo ouvinte tal e como queria ser entendido. Não existindo tais ocasiões, falar de significado é vazio. A origem do significado, portanto, é a comunicação. Dessa forma, segundo Parada, *o que não pudermos*

87 Cf. PARADA, op. cit., 2002.

88 Cf. PARADA, op. cit., 2002.

*obter do intercâmbio lingüístico entre falante e ouvinte não surgirá de nenhum outro lugar*⁸⁹.

A comunicação, estritamente, não necessita de núcleos semânticos comuns entre os falantes. Em seu lugar, Davidson estabelece o conceito básico e originário: o de *primeiro significado* (*first meaning*). O primeiro significado é o que vem primeiro na ordem da interpretação, e o melhor modo de distingui-lo é recorrendo às intenções do falante. O falante emite sua fala com a intenção de ser entendido de certa maneira por seu interlocutor. O primeiro significado corresponde àquela intenção do falante que exige ser reconhecida, em primeiro lugar, pelo ouvinte, para que possa haver comunicação lingüística⁹⁰.

Acerca da possibilidade do erro ou da confusão semântica, Davidson diz que não há muito interesse filosófico em determinar qual dos interlocutores se equivoca sobre o sentido das palavras ou sobre como se pronuncia corretamente uma terminação. O importante e decisivo é o êxito na comunicação, e, se ele é obtido, então pouco importa como caracterizar os meios através dos quais foi conseguido esse êxito. O que importa efetivamente é que o ouvinte seja capaz de aprender o *primeiro significado* do proferimento do falante. Quando isso acontece com êxito, as demais questões são, desde um ponto de vista filosófico, secundárias. Assim, a comunicação é a fonte primeira de toda dimensão semântica, e de seu êxito depende o conceito *primeiro de significado*. No sentido de falar com correção social, erros podem ser cometidos; mas, no sentido decisivo, que afeta o êxito da conversação, não se cometeu erro algum, pois o propósito comunicativo atingiu seu objetivo⁹¹.

89 PARADA, op. cit., 2002, p. 52.

90 Id. Ibid., 2002, p.53.

91 Cf. PARADA, op. cit., 2002.

Por fim, evidencia-se que a tese de Davidson é que, na semântica, não se deve esperar por supostas regras explícitas que determinem o uso das palavras. Também não devemos nos limitar a dizer que o significado está regido por convenções meramente implícitas, pois essa manobra é inútil, meramente verbal, e não conduz ninguém a lugar nenhum. A linguagem e os significados devem ser estudados como dependentes de uma prática lingüística efetiva de alguém ou de algum grupo. O princípio básico, para Davidson, é que a comunicação com êxito é a fonte de todo elemento semântico. E, se essa fonte respira e funciona sem necessidade de respeitar rigidamente nenhuma convenção, então devemos concluir que as convenções simplesmente não são necessárias para explicar a comunicação e o funcionamento da linguagem⁹².

Essa tendência tão característica de explicar mais com menos, de Davidson, manifesta seu temperamento minimalista⁹³. Ele segue um princípio de economia: introduzir o menor número de entidades e pressupostos teóricos na hora de dar conta dos mecanismos lingüísticos postos em prática na comunicação. Não há necessidade de multiplicar os entes sem necessidade, pois podemos explicar os fenômenos semânticos sem recorrer a convenções, significados precisos ou normas. Desde um ponto de vista, a melhor estratégia é renunciar a essas entidades, pois são supérfluas e dispendiosas⁹⁴.

92 Id. Ibid., 2002, p. 53.

93 Refere-se à característica heurística da filosofia de Davidson, a qual consiste numa série de conhecimentos que proporcionam uma rápida solução para algum problema ou dificuldade, com o menor gasto de energia ou esforço.

94 Cf. PARADA, op. cit., 2002.

CAPÍTULO 3

3 PRINCÍPIO DE CARIDADE

Como foi dito anteriormente, Davidson discute duas importantes idéias a respeito das crenças e desejos dos homens e do modo como é possível estabelecer-se uma relação interpretativa. De um lado, encontra-se a idéia de que as nossas crenças e desejos são holísticos; de outro, a idéia de que, além de holísticos, são também racionais. A partir do holismo e da racionalidade, Davidson formula o que designa como *princípio de caridade*, conceito que se caracteriza pela capacidade de um falante interpretar um outro falante, pressupondo que o intérprete considere a maioria das crenças do sujeito interpretadas como verdadeiras ou ao menos como estando de acordo com as suas próprias crenças. De outra forma, a interpretação não seria possível.

Desse modo, o *princípio de caridade* expressa a idéia de que a existência de pensamento racional em uma pessoa repousa na sua habilidade de entender outras pessoas como sendo razoavelmente racionais. É a idéia de que, quando nós estamos falando com alguém, nós interpretamos o que ele está dizendo, de tal maneira a torná-lo inteligível, tanto quanto possível. Contudo, não há como dizer o

que torna uma interpretação mais inteligível que outra. Por isso é uma questão de tentar tornar mais precisos, mais detalhados, os vários aspectos da inteligibilidade. Isso obriga um intérprete a tentar entender as crenças aparentemente estranhas, explicando-as em termos da história da pessoa, da experiência, entre outros ⁹⁵.

O *princípio de caridade* pode ser entendido como um princípio de racionalidade; contudo, não opera a partir de uma racionalidade transcendental e normativa para todos os falantes. Para compreender melhor esse princípio: primeiro, o intérprete busca entender o que seria correto e racional para ele, enquanto intérprete, crer, ou seja, definindo quais são suas crenças. Em seguida, o intérprete atribui ao falante crenças similares às suas, projetando o seu mundo circundante ao do falante e seu universo psicológico⁹⁶. Esse princípio é também conhecido como *princípio de humanidade*, pois devemos atribuir aos falantes o máximo de crenças possíveis similares às nossas, para podermos compreendê-los.

Será a caridade que nos possibilita encontrar em nossos interlocutores concordâncias conosco, a partir da observação sobre o que os outros compartilham conosco pelos mesmos conceitos. Esse é o argumento de Davidson para a impossibilidade do relativismo conceitual, uma vez que é impossível serem radicalmente diferentes temas conceituais. Emerge a pressuposição de que, pela interpretação, podemos saber o pensamento dos outros e os falantes sabem os seus pensamentos e significados. Para tanto, a linguagem é fundamental, pois é necessária para o pensamento, e pensamento só emerge no contexto geral da comunicação com outros falantes⁹⁷.

95 [DAVIDSON, op. cit., 2001].

96 SPARANO, op. cit., 2003, p. 85.

97 Cf. LEPORE; LUDWIG, op. cit., 2005.

Davidson acrescenta, ainda, que na sua teoria não se trata apenas de maximizar o acordo, mas sim de otimizá-lo, tornar o conjunto de crenças do falante e do intérprete o mais similar possível, sejam elas verdadeiras ou falsas. Dessa forma, o princípio de caridade não visa atribuir ao falante crenças verdadeiras ou racionais apenas, pois não exclui da interpretação o erro. Alguns desacordos são mais fortes para destruir a compreensão do que outros. Tudo o que sabemos a respeito de nossas crenças pode ser colocado à disposição, quando buscamos a compreensão, mesmo os erros, fazendo com que, dessa forma, possamos decidir sobre que espécie de erros é menos nociva à compreensão⁹⁸.

É nesse quadro que Davidson elabora uma teoria da interpretação, na qual o significado de uma frase depende das suas relações com outras frases, as quais devem ser, na sua maioria, de consistência, coerência e racionalidade. O objetivo principal do holismo de Davidson é somente um resultado da interdependência das disposições, como desejos, esperanças, anseios, crenças ou intenções com outras disposições⁹⁹.

Segundo Sanches¹⁰⁰, na teoria da interpretação de Davidson, pelo fato de o significado de uma frase depender das suas relações com outras frases, o intérprete deve considerar o objeto da sua interpretação, na sua maior parte, verdadeiro, de acordo com os seus próprios padrões. Ou seja, deve interpretar de modo a maximizar a coerência das suas crenças e das crenças do interpretado. Contudo, essa teoria não garante nem a verdade da crença nem a infalibilidade da interpretação, abrindo assim caminho para um ceticismo. Porém, Davidson sustenta que a coerência dos nossos sistemas de crença é capaz de gerar uma efetiva

98 Id. Ibid., 2003, p. 86.

99 Cf. MARTINS, op. cit., 2005.

100 Cf. SANCHES, Manuel. *Donald Davidson – Acerca da correspondência, coerência e ceticismo*. Coimbra: Angelus Novus, 2002.

correspondência com a realidade propriamente dita. Dessa forma, a coerência não é compatível com a falsidade generalizada das crenças.

Davidson enfatiza a racionalidade como coerência, como esse ajustar de um pensamento ao outro. Por isso, a necessidade de julgar os pensamentos dos outros como mais ou menos coerentes (partindo dos nossos próprios padrões) para reconhecê-los e identificá-los como pensamentos (*princípio de caridade*). Assim, qualquer um capaz de atribuir uma disposição tem ao seu dispor um conjunto de objetos abstratos adequados para manter contato com as disposições dos outros. O êxito na interpretação é sempre uma questão de grau: os recursos do pensamento ou expressão disponíveis a um intérprete nunca podem rivalizar perfeitamente com os recursos do interpretado. Nós fazemos o melhor que podemos. É sempre possível, evidentemente, melhorar o entendimento do outro, ampliando o banco de dados, acrescentando outra dose de simpatia ou imaginação, ou aprendendo mais a respeito das coisas sobre as quais o sujeito conhece. Aí se dá o processo da interpretação radical¹⁰¹.

O princípio de caridade é que sustenta que o falante está correto sobre seu entorno, de uma forma geral. Daí dizer que o erro massivo sobre nossas crenças empíricas não é possível. Com certeza nós podemos cometer certos enganos, às vezes até erros sistemáticos, mas a possibilidade de cometer enganos pressupõe um pano de fundo muito mais amplo de crenças corretas como pré-condição para que nosso interlocutor identifique aquelas como crenças errôneas. Se o argumento está correto, ele dá uma garantia transcendental de adequação sobre nossa figura empírica do mundo. Nesse sentido, estar geralmente correto sobre nosso ambiente

101 Cf. DAVIDSON, Donald. *De la verdad y de la interpretación: fundamentales contribuciones a la filosofía del lenguaje*. Barcelona: Gedisa, 1995.

é uma condição necessária para se ter quaisquer atitudes e também ser capaz de qualquer pensamento¹⁰².

Isso não implica que nossas crenças empíricas são justificadas, pois verdade não é suficiente para justificação. De qualquer forma, a garantia de que nossas crenças são, em sua maioria verdadeiras e coerentes o suficiente, para nos habilitar a ser interpretados em uma base de evidência pública plausível, nos coloca numa posição de empregar a tese de Davidson com confiança. Se Davidson está correto, o seu sucesso em nos dizer como proceder é assegurado¹⁰³.

Enfim, o sucesso da comunicação lingüística e da comunicação verbal é produto de dois fatores: da intenção de um locutor de ser interpretado de certa maneira por seus interlocutores; e, de uma interpretação efetiva e bem-sucedida de seus enunciados por seus intérpretes. O importante é que, em seu trabalho de interpretação, o locutor atribua crenças e outros estados intencionais a seus interpretados, pela aplicação do princípio de caridade¹⁰⁴. A natureza dos eventos mentais dependerá, nesse sentido, das normas e da racionalidade de quem os interpreta, estando, justamente por isso, submetida aos mais diversos esquemas de interpretação¹⁰⁵.

Sem um intérprete que determine o significado de uma palavra, não há meio de definir se o sujeito utiliza esta palavra corretamente, com sentido ou não. Dessa forma, Davidson considera que, segundo Smith, “a autoridade da primeira pessoa, a

102 LEPORE, Ernest; LUDWIG, Kirk. Donald Davidson. *Midwest Studies in Philosophy*, XXVIII, 2004, p. 324.

103 LEPORE; LUDWIG, op. cit., 2004, p. 324.

104 Exemplificando essa situação, suponha que o sujeito assegure (tem como verdade) que *um coelho está fugindo*: o método de Davidson nos diz para atribuir ao sujeito a crença de que o *coelho está fugindo*. Este método é caridoso na forma óbvia: nós tomamos o sujeito a crer precisamente no que nós observamos como sendo objetivamente o caso acerca do seu entorno. Assim, a caridade é uma condição para termos uma teoria trabalhável, pois se conseguimos estabelecer uma correlação sistemática de sentenças que sejam coerentes, temos a possibilidade de compreender os outros. (Cf. MCGINN, Colin. *Radical Interpretation and Epistemology*. In *Truth and Interpretation: Perspectives on The Philosophy of Donald Davidson*. Edited by Ernest LePore. New York: Basil Blackwell, 1986, p. 357).

105 Cf. MARTINS, op. cit., 2005.

*perspectiva da terceira pessoa e o caráter social da linguagem, no contexto intersubjetivo da interpretação e da conversa comum, devem se combinar e não excluir-se”*¹⁰⁶.

3.1 Não Renunciar Ao Mundo

A filosofia de Donald Davidson, através do seu peculiar realismo cotidiano, nos traz a idéia de que o ponto de partida para a filosofia é nosso envolvimento ordinário, cotidiano, com o mundo:

É uma tentativa de focalizar a insustentabilidade de qualquer tentativa para entender o conhecimento ou o pensamento de uma maneira que os trate como composto, de um lado, de elementos conceituais e, do outro, de elementos empíricos distintos, ou como surgindo por meio da confrontação entre a interioridade do sujeito e a exterioridade dos objetos¹⁰⁷.

Fica claro que, quando se renuncia ao dualismo esquema e mundo, não se renuncia ao mundo, sobretudo, re-estabelecemos o contato imediato com os objetos familiares que fazem as nossas frases e opiniões verdadeiras ou falsas. Assim, devolve-nos para o mundo, através do abandono de uma idéia de que o mundo é qualquer coisa além do que é dado no envolvimento cotidiano, ou que nossas crenças podem estar baseadas em alguma outra coisa que não seja o envolvimento ordinário e cotidiano com as coisas do mundo¹⁰⁸.

Davidson se questiona: qual seria a relação entre as nossas crenças e a experiência perceptiva do mundo que dá origem a essas crenças? Para ele, mesmo

106 SMITH, op. cit., 2005, p. 167.

107 MALPAS, Jeff. Não Renunciar ao Mundo: Davidson e os Fundamentos da Crença. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005, p. 52.

108 Cf. Id.Ibid., 2005.

que nossas crenças sejam, em parte, causadas pela experiência, tal experiência não provê um fundamento racional para essas crenças. Nossas crenças estão, isto sim, evidencialmente fundadas em outras crenças, daí o holismo davidsoniano. Esse holismo implica, portanto, uma interconexão das crenças com seus objetos e da mente com o mundo ¹⁰⁹.

Dessa forma, uma abordagem holística e externalista do mental implicará uma mudança radical no modo de ver a crença. Ao contrário de quando é tratada como *“estados privados e internos de cuja conexão com o mundo se pode sempre duvidar, a crença deve ser vista já conectada com o mundo através da estrutura tripartite que abrange o crente, o intérprete e o mundo”*, nas palavras de Malpas¹¹⁰.

Segundo Smith,

o externalismo defende que o que é pensado, o que é objeto da experiência e o que é objeto da fala dependem, ao menos em parte, do mundo exterior à mente do sujeito ou, ainda, são causados pelo mundo exterior. Desta forma, as atitudes proposicionais (crenças, desejos, intenções, pensamentos) não poderiam ser corretamente caracterizadas e individualizadas sem os objetos e o mundo no qual a pessoa está situada temporal e espacialmente¹¹¹.

Para Davidson, nada é uma razão em virtude de ser simplesmente uma causa. Um evento pode causar crenças, certos desejos, mesmo que tal evento não necessite ter qualquer conexão racional com tais atitudes a que ele dá origem. Para Smith: *“Davidson não rejeita a idéia de a crença estar fundada evidencialmente, mas rejeita a idéia de que isso possa ser alcançado pelo exame de qualquer forma de mediação entre a crença e a causa”* ¹¹².

Quando Davidson diz que as crenças não podem ser entendidas de outra maneira além de sua interconexão racional com outras crenças, assim como as

109 Cf. MALPAS, op. cit., 2005.

110 Id. Ibid., 2005, p. 58.

111 SMITH, op. cit., 2005, p.156.

112 Id.Ibid., 2005, p. 55.

atitudes proposicionais e o comportamento, ele evidencia seus elementos coerentistas¹¹³. Contudo, Davidson tem um objetivo maior: “A desconstrução da tradição dualista e representacionista de filosofia”¹¹⁴.

3.2 Triangulação: Falante, Intérprete e Mundo

O aspecto social da linguagem, para Davidson, é o elemento essencial no processo de comunicação. Afinal, segundo seu ponto de vista, o significado das frases emerge no ato comunicativo, sem predeterminação. No processo de comunicar-se, Davidson propõe um modelo de *triangulação*¹¹⁵ que ligará o falante e o intérprete aos objetos do mundo, onde esses três elementos ocupam os pontos extremos de um triângulo. É claro que existe uma diferença entre o que eu conheço sobre o mundo e o que o outro conhece, por isso será a comunicação a base do nosso conceito de objetividade, de nosso reconhecimento de uma distinção entre crença verdadeira e crença falsa. A comunicação acerca do nosso mundo físico compartilhado que fornecerá, portanto *a medida de todas as coisas*¹¹⁶.

Uma teoria da interpretação é representada como um triângulo, cujos ângulos são a linguagem, o pensamento e a ação. Não é possível determinar um dos fatores,

113 Cf. Id.Ibid., 2005.

114 MARTINS, op. cit., 2005, p. 239.

115 Davidson vê o intersubjetivo como a chave para compreender o objetivo, e parte da triangulação para defender seu ponto de vista. Segundo ele, se uma criatura *A* nota algo no seu entorno e também percebe outra criatura *B* notando algo, *A* compara suas percepções com as de *B* e, se faz isso repetidamente, encontra as similaridades entre as percepções. Dessas duas criaturas (intersubjetivo), percebendo o entorno (objetivo), que emergirá as condições para a linguagem e o significado (Cf. STROUD, Barry. Ostension and the Social Character of Thought. *Philosophy and Phenomenological Research*. vol. LXVII, n.3, nov., 2003, p. 667-674).

116 Cf. LITAIFF, Aldo. Antropologia e linguagem: uma abordagem neo-pragmatista. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 3, número 1, jul./dez., 2002.

sem determinar os outros, nem, muito menos, fixar apenas um dos ângulos da questão. O projeto de Davidson se inscreve nessa tríplice perspectiva e é por isso que ele não se limita a apenas uma teoria da linguagem, mas a uma teoria amplificada da linguagem e da ação que leva em conta essas três dimensões¹¹⁷.

Dessa forma, o aprendizado que confere significado às sentenças mais básicas envolve necessariamente três elementos: um 'professor' (que pode ser uma comunidade de falantes sem intenções pedagógicas), um 'aprendiz' (que pode estar começando uma primeira linguagem ou conscientemente tentando decifrar outra) e um mundo compartilhado. Sem o mundo externo compartilhado, não há nenhum modo através do qual o aprendiz possa descobrir como a fala se conecta com o mundo. Sem um 'professor', nada daria conteúdo à idéia de que há uma diferença entre compreender as coisas corretamente e compreender as coisas indevidamente. Somente aqueles que assim compartilham um mundo comum podem se comunicar; apenas aqueles que se comunicam podem ter o conceito de um mundo objetivo, intersubjetivo¹¹⁸.

Davidson traça a individualização dos significados, conceitos e estados mentais, a partir de conexões causais sistemáticas na triangulação entre o indivíduo, o outro com quem ele interage, e os objetos e eventos do mundo¹¹⁹. Esta é uma estrutura estabelecida e mantida pelo engajamento ativo do crente e do intérprete um com o outro, e pela participação dos dois no mundo. A crença deve ser, portanto, entendida nessa relação e não separada dela¹²⁰.

Diz Davidson:

A situação básica é aquela que envolve duas ou mais criaturas simultaneamente em interação, interação entre cada uma e com o mundo

117 SPARANO, op. cit., 2003, p. 74.

118 Cf. DAVIDSON, D. *Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

119 Cf. SMITH, op. cit., 2005.

120 Cf. MALPAS, op. cit., 2005.

que elas compartilham; isto é o que eu chamo triangulação. É o resultado de uma interação de três pontos, uma interação na qual são dois pontos oriundos do ponto de vista de cada um dos dois agentes: cada um está interagindo simultaneamente com o mundo e com o outro agente. Para colocar isso de uma diferente forma, cada criatura aprende a relacionar as reações das outras criaturas com as mudanças ou objetos do mundo no qual ela mesmo reage¹²¹.

A triangulação é uma situação já instalada no aprendizado dos significados dos objetos no mundo. O aprendizado que confere significado às frases mais básicas envolve necessariamente três elementos: aquele que irá proferir uma crença, aquele que busca interpretar essa crença e um mundo compartilhado. Sem o mundo externo compartilhado, não há nenhum modo através do qual o intérprete possa descobrir como a fala conecta com o mundo. Sem um falante, nada daria conteúdo à idéia de que há uma diferença entre compreender as coisas corretamente e compreender as coisas indevidamente. Conforme Smith, *“somente aqueles que assim compartilham um mundo comum podem se comunicar; apenas aqueles que se comunicam podem ter o conceito de um mundo objetivo, intersubjetivo”*¹²². Dessa forma,

(...) o triângulo que eu tenho indicado é essencial para a existência, e daí a emergência do pensamento. Sem o triângulo, existem dois aspectos do pensamento com os quais nós não podemos contar. Esses dois aspectos são a objetividade do pensamento e o conteúdo empírico dos pensamentos sobre o mundo externo¹²³.

É crucial notar que o modo pelo qual identificamos uma crença depende de nossa existência no mundo e de nossa familiaridade com essa existência. Ou

121 “The basic situation is one that involves two or more creatures simultaneously in interaction with each other and with the world they share; it is what I call triangulation. It is the result of a threefold interaction, an interaction which is twofold from the point of view of each of the two agents: each is interacting simultaneously with the world and with the other agent. To put this in a slightly different way, each creature learns to correlate the reactions of other creatures with changes or objects in the world to which it also reacts” (DAVIDSON, op. cit., 2001, p. 128).

122 SMITH, op. cit., 2005, p. 162.

123 “(...) the triangle I have indicated is essential to the existence, and hence to the emergence, of thought. For without the triangle, there are two aspects of thought for which we cannot account. These two aspects are the objectivity of thought and the empirical content of thoughts about the external world” (DAVIDSON, op. cit., 2001, p. 129).

melhor, depende das crenças que temos sobre as causas de nossas crenças e sobre as causas das crenças dos outros.

As crenças mais básicas que temos sobre o mundo são geradas como um resultado de nossa interação causal com o mundo e com os eventos particulares ou coisas através de nossos sentidos (...). As crenças que surgem sobre a base de um encontro específico dependerão em parte do evento ou coisa em causa, mas também das outras crenças, capacidades, e assim por diante, que possuímos¹²⁴.

As crenças são descrições determinadas pelo modo como nosso engajamento no mundo e de nossos interlocutores se entrecruzam; dessa forma, tais descrições dependem do engajamento causal comum que nós e nossos interlocutores compartilhamos. Assim, conforme Davidson defende, a crença, a intenção e outras atitudes proposicionais são fundamentalmente sociais, uma vez que são estados os quais não se podem encontrar sem ter o conceito da verdade intersubjetiva; e esse é um conceito que não se pode ter, sem partilhar um mundo com alguém¹²⁵. Segundo Malpas,

o engajamento perceptual-comportamental em questão aqui tem pelo menos três eixos: um que me liga com meu interlocutor; outro que me liga com o evento ou entidade que é o objeto de minha crença ou atitude; e outro que liga meu interlocutor com aquele mesmo evento ou entidade. Este é o processo de triangulação, o qual pode ser entendido como um processo contínuo de ajustamento de nossas próprias disposições e das disposições que atribuímos aos outros, tendo em vista as circunstâncias variáveis do nosso entorno¹²⁶.

Essa é uma tarefa sempre contextualizada, com crenças, disposições, configurações particulares. A triangulação dependerá da forma como o intérprete, o interlocutor e a entidade ou evento vêm juntos de uma circunstância ambiental particular. Será nosso enraizamento causal no mundo e a estrutura desse enraizamento *“que representam o papel essencial de nossa capacidade para*

124 MALPAS, op. cit., 2005, p. 59.

125 DAVIDSON, op. cit., 2001, p. 121.

126 MALPAS, op. cit., 2005, p. 60.

identificar as conexões racionais entre crenças – de nossas próprias assim como das dos outros”¹²⁷.

Para Davidson,

conhecimento da mente de alguém é pessoal. Mas o que individua esse estado, ao mesmo tempo fá-lo acessível aos outros; o estado é individuado por um jogo interno causal entre três elementos: o pensador, o outro com quem ele se comunica, e o mundo objetivo que eles sabem que compartilham¹²⁸.

Dessa forma, nada no mundo, nem objeto, nem evento, seria verdadeiro ou falso se não houvesse criaturas pensantes, uma vez que o que está aberto a observação é o uso das orações no contexto, sendo que a verdade é o conceito semântico que melhor entendemos. O conceito de verdade está implicado na compreensão adequada da linguagem. Não há razão para buscar um enfoque prévio, ou independente, de alguma relação inferencial. Nada conta como uma oração, se não houver criaturas que usem orações para proferir. Qualquer enfoque completo do conceito de verdade deve relacioná-lo com o intercâmbio lingüístico real¹²⁹.

3.3 O Fator Social Irredutível

Da mesma maneira que nós identificamos as crenças e os objetos da crença dos nossos interlocutores, eles também o fazem em relação a nós. Assim, a única coisa que pode resolver essa questão é um encontro interpretativo real, um envolvimento

127 MALPAS, op. cit., 2005, p. 61.

128 “Knowledge of one’s own mind is personal. But what individuates that state at same time makes it accessible to others, for the state is individuated by causal interplay among three elements: the thinker, other with whom he communicates, and an objective world they know they share” (DAVIDSON, op. cit., 2001, p. 204).

129 DAVIDSON, Donald. Estructura y contenido de la verdad. *Teorías de la verdad en el siglo XX*, Juan Antonio Nicolás y María José Frápoli (ed.). Tecnos, Madrid, 1997 Ed. original: “The structure and content of truth”, *Journal of Philosophy*, 87/6 (1990), pp. 279–328.

com o outro¹³⁰. Sem esse envolvimento real, não pode haver uma base na qual as crenças possam ser atribuídas e identificadas, nem em nosso caso, nem no caso dos outros. Dessa forma, Davidson defende que

não há segredo sobre a natureza da evidência que nós usamos para decidir o que as pessoas pensam: nós observamos suas ações, lemos suas cartas, estudamos suas expressões, ouvimos suas palavras, aprendemos suas histórias, e notamos suas relações com a sociedade. Como nós somos hábeis a articular tal material em uma convincente imagem da mente é outro tópico; nós sabemos como fazer isso sem necessariamente conhecer como o fazemos¹³¹.

A crença não é um estado separado do mundo, mas “*é um dos conceitos por meio dos quais somos capazes de descrever, explicar e articular o real enraizamento*”¹³². A idéia da triangulação ilustra o caráter intersubjetivo e não individualista do pensamento. Esse partilhar de interações causais não é determinado pelo mundo em si mesmo, ou pelas normas da comunidade lingüística, mas pelo uso contextual e social das palavras aplicadas a objetos e eventos¹³³.

Fica evidente, portanto, que, para Davidson, eu não tenho como determinar a distância espacial entre mim e os objetos sem a triangulação. Duas criaturas *a* e *b* não somente reagem similarmente a similares eventos no mundo, como também sabem que eles reagem similarmente. Nessa forma, elas configuram um triângulo, no qual os ângulos são: *a*, *b* e os *objetos, eventos ou situações* com os quais eles mutuamente respondem¹³⁴.

130 Cf. MALPAS, op. cit., 2005.

131 “There is no secret about the nature of the evidence we use to decide what other people think: we observe their acts, read their letters, study their expressions, listen to their words, learn their histories, and note their relations to society. How we are able to assemble such material into a convincing picture of a mind is another matter; we know how to do it without necessarily knowing how we do it”(DAVIDSON, op. cit., 2001, p. 15).

132 MALPAS, op. cit., 2005, p. 64.

133 Cf. SMITH, op. cit., 2005.

134 Cf. GLOCK, op. cit., 2003.

Na frase lapidar de Davidson, a possibilidade do pensamento vem com a companhia¹³⁵, ou seja, a própria possibilidade do pensar só surge em virtude de existirmos numa relação triádica: nós, o outro e o mundo¹³⁶.

Para Martins,

há um sentido claro segundo o qual os conceitos de crença, desejo e intenção diferem dos conceitos das ciências naturais: toda vez que os aplicamos, não podemos evitar o emprego de nossos próprios padrões de racionalidade. Não é porque estamos usando nossa própria lógica, pois isto fazemos acerca de qualquer coisa. É porque, ao tentar entender os outros, estamos procurando o melhor modo de combinar nossas próprias sentenças com as atitudes dos outros a fim de tornar tais atitudes inteligíveis. Nas ciências naturais, podemos operar com padrões segundo os quais concordamos com os outros. Não se pode lançar mão de tais padrões na interpretação, pois concordar com os outros já é interpretar. Nossas normas desempenham um papel inalienável na interpretação, papel que elas não desempenham, nem podem, nas ciências naturais¹³⁷.

Se um falante é interpretável, então o que suas palavras significam é geralmente o que ele tem a intenção de que elas signifiquem. Porém, se uma pessoa deseja ser entendida, ela deve ter a intenção de que suas palavras sejam interpretadas de certa maneira, fornecendo ao seu interlocutor as pistas que ele precisa para chegar à interpretação intencionada¹³⁸. É a exigência da interpretação que fornece o fator social irreduzível e que mostra por que alguém não pode querer dizer alguma coisa com suas palavras que não possa ser decifrada por outra pessoa¹³⁹. Assim, há uma presunção de que, se o falante sabe que sustenta uma crença verdadeira e ele sabe o que crê,

aí está a presunção – uma inevitável presunção baseada dentro da natureza da interpretação – a qual o falante normalmente sabe o que ele

135 "The possibility of thought comes with company" (DAVIDSON, op. cit., 2001, p.88).

136 [DAVIDSON, op. cit., 2001].

137 MARTINS, op. cit., 2005, p. 252.

138 Cf. HACKER, op. cit., 2005.

139 "If a speaker wishes to be understood, he must intend his words to be interpreted in a certain way, and so must intend to provide his audience with the clues they need to arrive at the intended interpretation (...). It is the requirement of learnability, interpretability, that provides the irreducible social factor, and shows why someone can't mean something by his words that can't be correctly deciphered by another" (DAVIDSON, op. cit., 2001, p. 28).

busca significar. Então, aí está a presunção de que, se ele sabe que possui uma sentença verdadeira, ele sabe o que ele crê¹⁴⁰.

Com isso, Davidson pretende que o espaço lingüístico seja comum aos falantes e intérpretes. Ou seja, pretende que exista uma conexão causal entre o mundo, o falante e o intérprete; e que as condições de verdade suportem essa relação, constituindo assim o *Significado*. A relação entre os falantes reagindo uns aos outros e a objetos, num espaço comum e público, é determinante e necessária para a interpretação, segundo o filósofo¹⁴¹. O significado será apreendido numa rede causal entre mundo e falante, pois o significado das frases de uma linguagem depende das circunstâncias sobre as quais a frase é sustentada como verdadeira, fornecendo ao outro uma chave para interpretar ou dizer o que uma frase significa ou que o falante quis dizer¹⁴².

Contudo, os conceitos que cada um de nós tem nunca podem sobrepor-se totalmente aos conceitos de outrem. Cada um tem, necessariamente, uma história distinta e, conseqüentemente, todos possuímos referenciais semânticos distintos. Se conseguimos compreender o que os outros dizem é porque estamos predispostos a acreditar que o que eles dizem pode fazer sentido. Assim, o laço social preexiste à comunicação, pois, no ato comunicativo, procuramos ajustar as nossas categorias aos contextos referenciais que os outros usam às categorias lingüísticas com que os outros pretendem se comunicar conosco. Daí a importância da *caridade interpretativa*¹⁴³.

140 "There is a presumption – an unavoidable presumption built into the nature of interpretation – that the speaker usually knows what he means. So there is a presumption that if he knows that he holds a sentence true, he knows what he believes" (DAVIDSON, D., op. cit., 2001, p. 14).

141 Cf. VERHEGGEN, Claudine. How social must a language be? *Journal for the Theory of Social Behaviour* 36:2, Backwell Publishing, 2006, p. 203-219.

142 SPARANO, op.cit., 2003, p. 72.

143 CABRAL, João de Pina. Agora podes saber o que é ser pobre: Identificações e diferenciações no mundo da lusotopia. *Working Papers, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa/ICS*, abril, 2002.

Segundo a tese de Davidson, a justificação da crença se dá em um sistema de crenças e em termos causais, no qual toda conexão causal é ordinária e contingente e também observável e extrínseca¹⁴⁴. Dessa forma, *“deixando de lado os casos aberrantes, o que mantém unidos, verdade e conhecimento, é o significado. (...) meu lema é: correspondência sem confrontação. Dada uma epistemologia correta, podemos ser realistas”*¹⁴⁵.

Com isso verificamos que, se a coerência é uma prova da verdade, a conexão com a epistemologia é direta, e, portanto, temos razões para pensar que muitas de nossas crenças são coerentes com outras, o que nos proporciona razões para pensar que muitas de nossas crenças são verdadeiras. A construção da verdade dependerá do acordo entre os falantes, uma vez que, ao compartilharem a mesma crença, a tornam verdadeira¹⁴⁶.

144 SPARANO, Maria Cristina *et al.* Naturalismo e Construção da Verdade. *EPISTEMOLOGIA - Anais do IV Simpósio Internacional Principia Parte 1*. Núcleo de Epistemologia e Lógica Universidade Federal de Santa Catarina- NEL. Rumos da Epistemologia, vol. 7. Luiz Henrique Dutra; Cezar Mortari (Orgs.). Florianópolis, 2005, p.229.

145 DAVIDSON, Donald. *Mente, mundo y acción: claves para una interpretación*. Barcelona: Paidós, 1992, pp. 73-74.

146 SPARANO, op. cit., 2005, p.237.

CAPÍTULO 4

4 INTERPRETAÇÃO RADICAL E PRINCÍPIO DE CARIDADE

Três coisas são claras a Davidson, quanto ao método da interpretação radical. Primeiro, ele tem de ser empírico, o intérprete só pode trabalhar com aquilo que pode ser observado a respeito do comportamento de seu grupo-alvo. Segundo, ele tem de ser holístico, pois irá solucionar muitos elementos simultaneamente, e uma escolha qualquer afetará o que deve ser dito em outros casos. E, por fim, ele tem de proceder sob um princípio de caridade, ou seja, a menos que o intérprete suponha que o grupo está, de modo geral, em contato com o mundo e que é verdadeiro no tocante ao mesmo, ele não pode prosseguir. Sobriedade empírica, holismo e caridade são o que ele usa para fazer a interpretação seguir seu próprio caminho¹⁴⁷.

Dessa forma, o intérprete radical davidsoniano é aquele que faz uma conexão entre a enunciação do falante e as circunstâncias mundanas a ela ligadas, atribuindo um significado à enunciação. Configura-se em uma operação de triangulação, cujos vértices são o intérprete, o falante e o mundo, através da qual o intérprete radical procurará construir uma hipótese empiricamente testável sobre as condições de

147 BLACKBURN, S. *Há tudo que há? Sobre Verdade e Predicação de Davidson*. Tradução: Júlio Zabatiero e Paulo Ghiraldelli Jr. Acesso em 6 de maio de 2007. Disponível em <http://www.filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=34>.

verdade ligadas ao conteúdo proposicional da enunciação do falante. O intérprete só saberá o que o falante quer dizer, quando consegue formular uma hipótese cuja verificação empírica é viável; caso contrário, ele deve trabalhar a hipótese com base em novas observações. A hipótese corrigida é novamente testada através da observação e novamente alterada, caso necessário; e assim por diante. O esquema hipótese/ teste pode ser repetido quantas vezes forem necessárias, permitindo um refinamento cada vez maior das sucessivas atribuições de significado¹⁴⁸.

Evidentemente, a interpretação radical é possível, porque o que falantes de uma língua alienígena querem significar, quando eles usam certas palavras, é definido pelos objetos que as palavras denotam (podem ser verificadas no mundo). Davidson compreende a verificação holisticamente ao invés de individualmente, ou seja, não na relação com o que um indivíduo consente na presença de certo objeto, mas em relação com comportamentos de indivíduos acompanhados pela comunidade lingüística. Interpretação radical é baseada essencialmente no princípio verificacionista no qual o significado de uma proposição é reduzível ao seu método de verificação¹⁴⁹.

Davidson conecta a possibilidade da interpretação radical com o princípio de caridade, porque ele crê em um conjunto de significados que precisam estar necessariamente em ordem para explicar como a tradução de uma linguagem desconhecida completamente é possível. Sua reivindicação é que o princípio de caridade é um princípio heurístico¹⁵⁰ necessitado de interpretação. Assim, o objetivo

148 MARGUTTI, Paulo Roberto, op. cit., 2001, pp. 287-304.

149 Cf. D'ORO, op. cit., 2004.

150 Heurística consiste numa série de conhecimentos que proporcionam uma rápida solução para algum problema ou dificuldade, com o menor gasto de energia ou esforço.

do intérprete radical é estabelecer uma equivalência de referência entre palavras ou expressões usadas na linguagem nativa e na linguagem alienígena¹⁵¹.

Fica claro que o princípio de caridade é uma regra metodológica ou uma máxima interpretação. A formulação desse princípio, em Davidson, prescreve ao intérprete “maximizar o acordo” e “minimizar o desacordo” entre suas crenças e as do falante. A verdade será então uma verdade partilhada entre falante e intérprete. Contudo, não significa infalibilidade da verdade e compreensão total. É na dialética da compreensão e não-compreensão que a síntese se faz, porque Davidson pensa que, para se dar essa experiência, ela tem que repousar necessariamente sobre um fundo de compreensão, embora seja sempre mais visível a incompreensão entre os falantes¹⁵².

O princípio de caridade equilibra as atribuições do intérprete com as possíveis crenças do falante, através da suposição de que o falante e o intérprete partilham um grande número de crenças verdadeiras. Quando o comportamento lingüístico do falante sugere que ele possui muitas crenças falsas, o princípio de caridade recomenda que a hipótese relativa à atribuição de significado seja corrigida, em defesa da racionalidade do falante. Contudo, se o desacordo entre intérprete e falante se revelar excessivo e insuperável, através de correções da hipótese inicial, o mesmo princípio de caridade recomenda que o intérprete desqualifique o falante como ser racional e, também, como falante¹⁵³.

Portanto, o *princípio de caridade* pressupõe que o intérprete radical e o falante partilhem a mesma racionalidade, a qual seria caracterizada pela capacidade de lidar holisticamente com conteúdos proposicionais e pela capacidade de lidar

151 Cf. D'ORO, op. cit., 2004.

152 Cf. SPARANO, op. cit., 2003.

153 Cf. MARGUTTI, op. cit., 2001.

holisticamente com as condições de verdade das sentenças que expressam esses conteúdos. Ou seja, o princípio de caridade é regulado por princípios holistas, os quais envolvem determinados padrões de raciocínio lógico e modos de relacionar crenças com o mundo. Assim, para Davidson, se uma pessoa possui crenças, então essa pessoa é racional¹⁵⁴.

Interpretar um comportamento como ação, nesse contexto, é a consagração de propriedades intencionais a um movimento que repousa sobre o princípio de caridade, o qual pede que se considere a racionalidade de uma ação ou de uma crença no conjunto de outras crenças, desejos e emoções do agente. Dessa forma, como num “bloco”, as ações são interpretadas e não podem ser separadas e isoladas. Eis por que não é possível colocar os eventos sob leis deterministas, quando descritos em termos intencionais e sob uma determinada descrição, embora sua interação seja causal. Quando alguém crê em algo, isso faz com que aceite outras crenças que se conectam logicamente. Isso não é feito sem o uso de normas na condução do pensamento, sejam elas dedutivas ou indutivas. Compreendemos alguém, quando interpretamos o que pensa segundo normas da racionalidade; dessa forma, são as normas que dão coerência e consistência às ações, afirmando seu papel. Em contrapartida, o agente irracional é aquele que não se conforma espontaneamente às crenças e desejos e à lógica interna na produção da ação, abrindo uma fenda no processo da racionalidade, provocando, ao mesmo tempo, uma distorção da racionalidade¹⁵⁵.

O processo de interpretação, para Davidson, é um processo dinâmico, durante o qual o intérprete pode revisar suas interpretações, afirmando-as ou não. Entretanto,

154 Cf. Id. Ibid., 2001.

155 SPARANO, Cristina T. Irracionalidade: enigma da racionalidade. *EPISTEMOLOGIA - Anais do IV Simpósio Internacional Principia Parte 1*. Núcleo de Epistemologia e Lógica Universidade Federal de Santa Catarina- NEL. Rumos da Epistemologia, vol. 7. Luiz Henrique Dutra; Cezar Mortari (Orgs.), Florianópolis, 2005, p. 217.

identificar uma crença ou um comportamento no outro, no falante, já diz de um mínimo de racionalidade e de veracidade. Assim, o princípio de caridade não é somente uma regra metodológica que decidimos seguir, ele é, antes de tudo, um princípio normativo, condição de possibilidade mínima para a interpretação e para a compreensão. Não poderíamos interpretar o outro, enquanto outro, sem atribuir-lhe condições mínimas de racionalidade e coerência em suas crenças e, conseqüentemente, considerá-lo como racional. Ou seja, a caridade nos é imposta, pois, se visamos compreender os outros, devemos considerar que eles têm razão sobre a maioria dos assuntos¹⁵⁶.

Evidenciamos, ainda, a peculiaridade da instância do intérprete radical, a qual é, fundamentalmente, da terceira pessoa. Davidson parte do intérprete radical para investigar linguagem, pensamentos e suas relações com o mundo, uma vez que entende a linguagem como essencialmente um fenômeno social, a qual deve ser compreendida, a partir de uma instância pública. Ele atribui esse ponto básico a Quine, pois foi Quine que revolucionou a compreensão da comunicação verbal, quando defendeu que não pode haver nada a significar que uma pessoa adequada e equipada não possa aprender e observar. Daí surge a brecha para que se possibilite ao intérprete apanhar o assunto, a partir de uma figura dos pensamentos e palavras do outro pelas suas conexões com a realidade, com um todo viável para compreensão de qualquer conhecedor objetivo e público¹⁵⁷.

Emerge uma figura unificada da capacidade humana como animais racionais, dos quais o conhecimento do mundo, de suas próprias mentes e do significado e mentes dos outros é uma parte essencial da sua natureza como o poder de pensamento e fala. Contudo, ao contrário de Quine, Davidson nunca criou uma

156 Cf. SPARANO, op. cit., 2003.

157 LEPORE; LUDWIG, op. cit., 2005, p. viii- ix.

cartilha de tratamento das suas posições colocando-as em uma forma canônica, e pôde identificar mudanças importantes e habilidades no projeto inicial¹⁵⁸.

158 Id. Ibid., 2005, p. vii- ix.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Donald Davidson, americano reconhecido como um clássico contemporâneo, busca, ao longo de sua filosofia, discutir como nosso conhecimento de nós mesmos, dos outros e do mundo material é possível, e como essas diferentes habilidades cognitivas são interconectadas. Para tanto, lança a idéia do *intérprete radical* imerso em um mundo objetivo, socialmente conectado com o “outro” e as “coisas”, baseado no *princípio de caridade* interpretativa. Configura-se, dessa forma, uma *triangulação* entre o falante, o interlocutor e a entidade ou evento de uma circunstância ambiental em particular, na qual a compreensão e o diálogo são possíveis. Daí a beleza de tal filosofia.

Fica evidente a notável importância do conceito de interpretação na filosofia davidsoniana. Através dessa idéia, a primeira pessoa perde seu privilégio ontológico e epistemológico e passa a ser vista como um pólo em relação com o mundo e com as outras pessoas: o homem está inserido em um mundo social e natural, interagindo com ele. Essa *triangulação*, contudo, não é meramente prática, mas também se dá no âmbito da linguagem, pois é uma situação que já está instalada no aprendizado dos significados dos objetos no mundo. O aprendizado que confere significado às frases mais básicas envolve necessariamente três elementos: aquele

que irá proferir uma crença, aquele que busca interpretar essa crença e um mundo compartilhado.

A partir dessa idéia, Davidson foi um dos raros filósofos contemporâneos que ajudaram a construir uma ponte entre a filosofia analítica e a hermenêutica, uma vez que defende um modelo do funcionamento da linguagem e do significado que não necessita de regras, convenções ou normas. Para ele, somos nós, os falantes, os que sustentamos a linguagem no nosso dia-a-dia. O significado de uma palavra, portanto, não deve ser entendido como alguma entidade especial, mas simplesmente a partir da utilidade, da função que as palavras cumprem em um determinado contexto.

Há uma tendência epistemológica, na filosofia davidsoniana, que é a orientação de prescindir de intermédios entre o sujeito e o mundo. Para Davidson, não deveria haver mediadores epistêmicos, pois a noção de significado deve ser tornada mais flexível e aberta a trocas, como estratégia para salvar nossa comunicação e nos pôr em contato com as coisas, os seres e o mundo que nos rodeia. Nesse sentido, os significados não são entidades “reais” de nenhum tipo, não preexistem às ocasiões efetivas de emprego em que usamos a linguagem: quando perguntamos sobre o significado, só perguntamos pelo modo de uso da palavra.

Fica claro que, quando se renuncia ao dualismo esquema e mundo, não se renuncia ao mundo, sobretudo, re-estabelecemos o contato imediato com os objetos familiares que fazem as nossas frases e opiniões verdadeiras ou falsas. Assim, devolve-nos para o mundo, através do abandono de uma idéia de que o mundo é qualquer coisa além do que é dado no envolvimento cotidiano. Assim, a objetividade é uma conseqüência da triangulação, na qual o conteúdo do pensamento de uma pessoa depende de suas relações com outras pessoas e com o mundo.

O autor ressalta, ainda, em sua filosofia, a importância do contexto, pois é impossível perceber o comportamento lingüístico fora dos contextos em que estes estão inseridos. Para que possamos encontrar sentido no que nos dizem os outros, temos que, por um lado, acreditar que o que eles dizem faz sentido (*caridade interpretativa*) e, por outro lado, temos que partilhar um contexto interpretativo, um mundo comum (*triangulação*). Assim, as “coisas” não estão para lá da linguagem, elas são condições de possibilidade do discurso. Davidson substitui o *cogito* cartesiano pela imagem holística de uma rede intencional de crenças e desejos em processo contínuo de reformulação.

Davidson parte desse assombro na construção da sua filosofia: habitualmente, não importa quão confusos e dispersos sejamos como falantes; apesar de tudo, conseguimos nos compreender. Será a *interpretação radical* que nos possibilita tal comunicação, pois ela assume, desde o início, que o pensamento, como a linguagem, é social, e que as pessoas compartilham um ambiente comum. Assim, o intérprete radical tem a habilidade de notar como outras pessoas chegaram a pensar as coisas que elas fazem na base da evidência que elas possuem. Ou seja, um trabalho de interpretação está associado ao ato de outorgar desejos e crenças e outros pensamentos a uma fala. Quando perguntamos a alguém por que agiu, queremos obter uma interpretação para que não se compreenda o comportamento como estranho ou desconexo. Compreendendo a sua razão, teremos uma interpretação, encaixando o ato num quadro que inclui algumas das crenças, atitudes, metas, fins, princípios, traços gerais de caráter, virtudes ou vícios do agente. Contextualizaremos, portanto, a ação, a partir de uma razão que proporciona um contexto de avaliação mais alargado.

Quando interpretamos as ações e falas dos outros, presumimos que eles têm a mesma autoridade sobre suas crenças e seus desejos que nós. Julgamos, portanto, os pensamentos dos outros como mais ou menos coerentes, partindo dos nossos próprios padrões (*princípio de caridade*). Assim, qualquer um capaz de atribuir uma disposição tem ao seu dispor um conjunto de objetos abstratos adequados para manter contato com as disposições dos outros.

O *princípio de caridade* garante a capacidade de um falante interpretar um outro falante, pressupondo que o intérprete considere a maioria das crenças do sujeito interpretadas como verdadeiras ou ao menos como estando de acordo com as suas próprias crenças. De outra forma, a interpretação não seria possível. Desse modo, o *princípio de caridade* expressa a idéia de que a existência de pensamento racional em uma pessoa repousa na sua habilidade de entender outras pessoas como sendo razoavelmente racionais.

A dinâmica da comunicação lingüística é regida pelo *princípio de caridade*, regra metodológica à qual toda interpretação se submete. O objetivo desse princípio não é o de maximizar o acordo entre os interlocutores (eliminando erros e discordâncias), mas de fornecer sentido às elocuições do interpretado, mesmo as mais estranhas. Contudo, o erro continua sendo possível, e também a dúvida, pois não pode haver garantia geral de que um ouvinte está interpretando corretamente um falante. Porém, tais casos não são padrões. Apesar da possibilidade de erro, uma pessoa nunca perde seu direito especial para estar certa sobre suas próprias atitudes, mesmo quando sua afirmação é desafiada ou até derrubada.

Para o autor, não podemos parar de agir interpretativamente e apenas descrever o mundo. Atribuições interpretativas podem ser consideradas descritivas, mas apenas se reguladas e conduzidas por pessoas que conversam e se compreendem.

A base de qualquer conhecimento é a “*comunidade de mentes*”, a pluralidade de criaturas engajadas no projeto de descrever seu mundo e interpretar cada descrição dele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Donald Davidson

DAVIDSON, Donald *Problems of rationality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. *Ensaio sobre a Verdade*. São Paulo: Unimarco Editora, 2002.

_____. Entrevista realizada em 2001 por Giancarlo Marchetti, pesquisador em filosofia no Departamento de Ciências Filosóficas da Universidade de Perugia, na Itália. Tradução do texto original em inglês: Heraldo Aparecido Silva (CEFA). Acesso em 09 de janeiro de 2006, disponível no site: http://www.filosofia.pro.br/Davidson/entrevista_davidson.htm

_____. *Essays on actions and events*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

_____. *Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

_____. *Subjective, intersubjective, objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

_____. Estructura y contenido de la verdad. *Teorías de la verdad en el siglo XX*. Juan Antonio Nicolás y María José Frápoli (ed.). Madrid: Tecnos, 1997 Ed. original: "The structure and content of truth". *Journal of Philosophy*, 87/6 (1990), 279–328.

_____. *De la verdad y de la interpretación: fundamentales contribuciones a la filosofía del lenguaje*. Barcelona: Gedisa, 1995.

_____. *Mente, mundo y acción: claves para una interpretación*. Barcelona: Paidós, 1992.

_____. The structure and content of truth. *Journal of Philosophy*, 87/6, 1990, pp. 279–328.

_____. Knowing one's own mind. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 1987, pp. 441-58.

_____. *Mind and Language*. Ed. S. Guttenplan. Oxford: University Press, 1975.

Demais referências:

ARRUDA, José Maria. Verdade, Interpretação e Objetividade em Donald Davidson. *Veritas*. Vol.50. nº1. Porto Alegre, mar., 2005, p. 137-154.

BLACKBURN, S. *Há tudo que há? Sobre Verdade e Predicação de Davidson*. Tradução: Júlio Zabatiero e Paulo Ghiraldelli Jr. Acesso em 6 de maio de 2007. Disponível em <http://www.filosofia.pro.br>.

BRAIDA, Celso. Para a crítica da semântica inferencial. *EPISTEMOLOGIA - Anais do IV Simpósio Internacional Principia Parte 1*. Núcleo de Epistemologia e Lógica Universidade Federal de Santa Catarina- NEL. Rumos da Epistemologia, vol. 7. Luiz Henrique Dutra; Cezar Mortari (Orgs.). Florianópolis, 2005, pp. 79-122.

CABRAL, João de Pina. Agora podes saber o que é ser pobre: Identificações e diferenciações no mundo da lusotopia. *Working Papers*, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa/ICS, abr., 2002.

D'AGOSTINI. *Analíticos e Continentais*. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

D'ORO, Giuseppina. Re-enactment and Radical Interpretation. *History and Theory* 43, May- 2004, p. 198-208. Wesleyan University, 2004.

EVNINE, Simon. A Caminho da Linguagem. *In Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

FOGELIN, Robert. *Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification*. New York: Oxford University Press, 1994.

GHIRALDELLI Jr., In DAVIDSON. *Ensaio sobre a Verdade*. São Paulo: UNIMARCO, 2002, *prefácio*.

GLOCK, Hans-Johann. *Critical Notes*. *Philosophical Investigations* 26:4. Oct., 2003. Blackwell Publishing Ltd, 2003.

HACKER, P.M.S. Sobre a Autoridade da Primeira Pessoa. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

KLEIN, Peter. Radical Interpretation and Global Skepticism – Peter Klein. In *Truth and Interpretation: Perspectives on The Philosophy of Donald Davidson*. Edited by Ernest LePore. New York: Basil Blackwell, 1986.

LEPORE, Ernest; LUDWIG, Kirk. *Donald Davidson: meaning, truth, language and reality*. New York: Oxford University Press, 2005.

LEPORE, Ernest; LUDWIG, Kirk. Donald Davidson. *Midwest Studies in Philosophy*, XXVIII, 2004.

LITAIFF, Aldo. Antropologia e linguagem: uma abordagem neo-pragmatista. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 3, número 1, jul./dez, 2002.

MALPAS, Jeff. Não Renunciar ao Mundo: Davidson e os Fundamentos da Crença. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

MARTINS, Paula. Como Superar o Dualismo sem Reduccionismo: Davidson e a Crítica Hermenêutica na Filosofia da Mente. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

MARGUTTI, Paulo Roberto. Significado e Verdade: uma Avaliação da Proposta de Donald Davidson com Base nas Idéias de Humberto Maturana. LIMA, Carlos

Cirne & ALMEIDA, Custódio (Orgs.). *In Nós e o Absoluto*. São Paulo: Loyola, 2001, pp. 287-304.

McDOWELL, John. Subjective, Intersubjective, Objective. *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. LXVII, n.3, nov. 2003, pp. 675-681.

McGINN, Colin. Radical Interpretation and Epistemology. In *Truth and Interpretation: Perspectives on The Philosophy of Donald Davidson*. Edited by Ernest LePore. New York: Basil Blackwell, 1986.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Tomo I (A-D). São Paulo: Loyola, 2000.

PARADA, Pedro Rojas. Significado, convenciones y comunicación según Donald Davidson. *Revista de Filosofía*. Vol 27. nº1. Universidade de Castilla: La Mancha, 2002. p. 43-73.

SANCHES, Manuel. *Donald Davidson – Acerca da correspondência, coerência e cepticismo*. Coimbra: Angelus Novus, 2002.

SMITH, Plínio Junqueira. Davidson para Além do Ceticismo. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

SPARANO, Maria Cristina. *Linguagem e Significado: o Projeto Filosófico de Donald Davidson*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SPARANO, Maria Cristina. Irracionalidade: enigma da racionalidade. *EPISTEMOLOGIA - Anais do IV Simpósio Internacional Principia Parte 1*. Núcleo de Epistemologia e Lógica Universidade Federal de Santa Catarina- NEL. Rumos da Epistemologia, vol. 7. Luiz Henrique Dutra; Cezar Mortari (Orgs.). Florianópolis, 2005, p. 217.

SPARANO, Maria Cristina et al. Naturalismo e Construção da Verdade. *EPISTEMOLOGIA - Anais do IV Simpósio Internacional Principia Parte 1*. Núcleo de Epistemologia e Lógica Universidade Federal de Santa Catarina- NEL. Rumos da Epistemologia, vol. 7. Luiz Henrique Dutra; Cezar Mortari (Orgs.). Florianópolis, 2005, p.229.

STEIN, Ernildo. In SPARANO. *Linguagem e Significado: o Projeto Filosófico de Donald Davidson*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

STROUD, Barry. Interpretação Radical e Ceticismo Filosófico. In *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

STROUD, Barry. Ostension and the Social Character of Thought. *Philosophy and Phenomenological Research*. vol. LXVII, n.3, nov., 2003, pp. 667-674.

VERHEGGEN, Claudine. How social must a language be? *Journal for the Theory of Social Behaviour* 36:2, Backwell Publishing, 2006, pp. 203-219.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Los Cuadernos azul y marrón*. Madrid: Tecnos, 1998, pp. 56-57.